



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

MANUEL JOSUÉ DA COSTA

**IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS PSDB E PSD: ENTRE A TEORIA E A
PRÁTICA EM IPAUMIRIM, CEARÁ, NO PERÍODO DE 1997 A 2008**

Cajazeiras – PB
2016

MANUEL JOSUÉ DA COSTA

IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS PSDB E PSD: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA EM IPAUMIRIM, CEARÁ, NO PERÍODO DE 1997 A 2008

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial e obrigatório à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Lucinete Fortunato

Cajazeiras – PB
2016

IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS PSDB E PSD: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA EM IPAUMIRIM, CEARÁ, NO PERÍODO DE 1997 A 2008

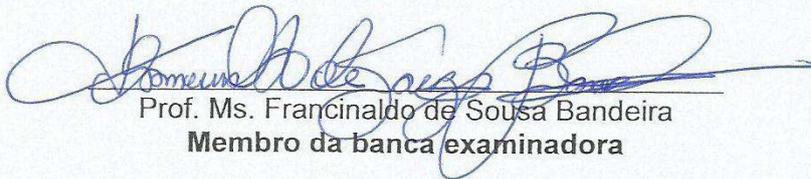
Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial e obrigatório à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em: 01/06/2016

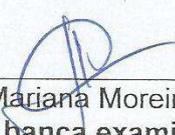
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Maria Lucinete Fortunato
Professora Orientadora



Prof. Ms. Francinaldo de Sousa Bandeira
Membro da banca examinadora


Profª Dra. Mariana Moreira Neto
Membro da banca examinadora

Prof. Ms Rubismar Marques Galvão
Professor Suplente

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

C837i Costa, Manuel Josué da
Ideologia política dos partidos PSDB e PSD: entre a teoria e a prática em Ipaumirim, Ceará, no período de 1997 a 2008 / Manoel Josué da Costa. - Cajazeiras, 2016.
70f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2016.

1. Partidos políticos - ideologia. 2. PSDB. 3. PSD. 4. Fidelidade partidária. 5. Ideologia política. 6. Ipaumirim - Ceará - partidos políticos. I. Fortunato, Maria Lucinete. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/B

CDU - 329

Dedico esse trabalho à minha família, à qual devo muito amor, respeito e consideração. Pois, família é a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

Diante de muitas lutas, persistências e sofrimentos, quero agradecer à Deus pela minha vida e em especial a minha família e minha noiva, Yolanda Maria da Silva. Ambos me ajudaram bastante na minha formação humana e sobretudo, contribuíram, seja de forma direta ou indireta, na minha formação acadêmica.

A presença e incentivo de minha noiva, que sempre esteve disposta a me ajudar, seja por meio de um gesto de carinho, apoio e conselhos, foi fundamental para que eu alcançasse mais essa vitória. Uma pessoa que decidiu dividir comigo momentos bons e ruins e que acreditou e acredita na minha capacidade.

Vale ressaltar também, um agradecimento ao meu amigo Dr. Francisco Osmar de Sousa Arruda, que me estimulou a cursar o ensino superior. Uma vez que, se fizermos uma análise social, veremos que a única maneira de expandir horizontes é estudando.

Lembro como hoje, a indecisão de qual curso escolheria, e pude perceber que mesmo no meio das injustiças, falsidades e desonestidades, ainda há pessoas que torcem pelo nosso bem.

“Procure a sabedoria e aprenda a escrever os capítulos mais importantes de sua história nos momentos mais difíceis de sua vida”.

Augusto Cury

RESUMO

Os partidos políticos desempenham um papel de grande importância no Estado democrático, representando ideologias próprias que atraem membros filiados e o apoio de eleitores, ao mesmo tempo em que a gestão política dos governantes muitas vezes não reflete o programa partidário, afetando a identificação entre o partido político e o eleitorado. Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo investigar a ideologia dos partidos políticos PSD e PSDB em Ipaumirim, entre 1997 e 2008, ressaltando as práticas e divergências na gestão política dos governantes. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, com consultas a diversas obras e livros, sítios na internet e estudos de diversos autores; e uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas, na qual foram coletados dados acerca das percepções dos eleitores com relação ao tema. Os resultados demonstraram opiniões divergentes em diversos aspectos, mas evidenciando uma aproximação com relação aos diferentes objetivos das gestões dos governantes. Foi possível perceber que a ideologia partidária e as propostas de governo dos partidos muitas vezes ficam em segundo plano, haja vista que os eleitores se baseiam mais nas características pessoais do candidato do que na estrutura partidária da qual ele faz parte. Conclui-se que a ideologia política partidária em Ipaumirim, no período considerado no presente estudo, esteve representada estritamente pelas práticas governamentais dos gestores que se alternaram no poder, os quais foram eleitos pelo povo com base na própria imagem pública e popularidade, e não por influência ideológica ou orientação programática dos partidos aos quais eram filiados.

Palavras-chave: Partidos políticos, Desfiliação, Fidelidade Partidária, Eleições, Gestão governamental.

ABSTRACT

The parties politicians play a paper large importance democratic state representing own ideologies that attract affiliated members and support voters, at the same time on what policy management of rulers oftentimes no reflects the party program, affecting the identification in between the political party and the electorate. In this sense, this study had as objective investigate the ideology of political parties PSD and PSDB in Ipaumirim between 1997 and 2008 highlighting practices and differences management political rulers. How much procedures methodological, were conducted researches bibliographical, with consultations several works and books, sites on the Internet and studies in several authors; and a search in field with approach qualitative through in interviews semistructured, in which were collected data about perceptions of voters with relationship to theme. The results demonstrate opinions divergent in several aspects but showing an approach with relationship to many different goals management of rulers. It was possible to perceive that ideology party and the proposals government party oftentimes are in second plan, considering that voters if based more at the characteristics personal candidate than in the structure party which he does part. We conclude what ideology policy party in Ipaumirim, at the period considered at the gift study, was represented strictly by practices government managers what if alternated at the power, which were elected fur people with base on own image and popularity, and no per influence ideological or guidance programmatic of parties to which are they were affiliates.

Keywords: Political Parties. Disaffiliation. Partisan loyalty. Elections. Government Management.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS PSDB E PSD | 13 |
| 1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: breve contextualização histórica... | 14 |
| 1.1.1 PSDB | 18 |
| 1.1.2 PSD | 21 |
| 1.2 CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS..... | 23 |
| 1.3 PSDB E PSD: breve análise dos estatutos..... | 26 |
| 2 A GESTÃO POLÍTICA: CONFLITO IDEOLÓGICO E QUEBRA DE FIDELIDADE | 29 |
| 2.1 O CONFLITO IDEOLÓGICO NA GESTÃO POLÍTICA DOS GOVERNANTES..... | 29 |
| 2.1.1 Orientação programática dos partidos políticos | 29 |
| 2.1.2 Os Municípios e a gestão municipal | 32 |
| 2.1.3 Motivações do eleitor na escolha dos representantes | 35 |
| 2.2 MUDANÇA DE PARTIDO: a quebra de fidelidade..... | 37 |
| 2.2.1 A fidelidade partidária | 37 |
| 2.2.2 Principais motivos para a mudança de partido | 40 |
| 2.2.3 Desfiliação partidária por justa causa | 41 |
| 3 GOVERNABILIDADE E EXERCÍCIO DO PODER EM IPAUMIRIM-CE | 44 |
| 3.1 FORMAS DE GOVERNABILIDADE: aproximações e divergências..... | 46 |
| 3.1.1 Filiação partidária | 47 |
| 3.1.2 Percepções sobre a gestão dos partidos políticos PSD e PSDB | 48 |
| 3.1.3 Mudança de partido e influência na gestão política | 52 |
| 3.2 REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE A GESTÃO POLÍTICA.... | 53 |
| 3.2.1 Percepções e expectativas sobre a gestão política | 54 |
| 3.2.2 Critérios dos eleitores na escolha dos representantes | 58 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 64 |
| ANEXO | 68 |

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental no Estado democrático, representando cada qual uma ideologia própria que atrai certo grupo de membros filiados visando a conquista do apoio de eleitores. Defendem interesses de grupos distintos e suas concepções ideológicas são materializadas através da atuação dos candidatos eleitos. Contudo, quando a gestão política não reflete o programa partidário governamental, ou quando ocorre a quebra de fidelidade partidária, a identificação entre o partido político, o candidato e o eleitorado é afetada.

A relevância dos partidos políticos no Brasil é de tal forma reconhecida que a Constituição Federal conferiu autonomia às agremiações para que definissem sua estrutura, funcionamento e organização. São os partidos que devem promover o levantamento das necessidades do eleitorado, contribuindo na preparação das eleições e no processo de escolha dos candidatos. Por outro lado, para que os partidos sejam alçados ao exercício do poder, é preciso que a orientação programática de governo e as motivações do eleitor na escolha dos representantes sejam conciliadas.

No âmbito municipal, observa-se que a gestão política dos governantes muitas vezes evidencia um conflito ideológico com relação às orientações programáticas do partido ao qual é filiado o candidato eleito, até mesmo ensejando a quebra da fidelidade partidária, quando o político opta por migrar para uma outra agremiação partidária. Além disso, a identificação partidária e as motivações dos eleitores para escolherem determinado candidato, tema de grande interesse por parte dos partidos políticos e daqueles que disputam eleições, são aspectos que não tem feito parte dos critérios de escolha do eleitorado.

Outro tema que merece destaque diz respeito às percepções do eleitorado com relação à gestão política dos governantes, às práticas governamentais e administrativas e às perspectivas para o futuro, pois é com base nesse conjunto que os eleitores buscam escolher candidatos que reúnam as qualidades necessárias para concretizar as melhorias almejadas na comunidade.

No Município cearense de Ipaumirim, cenário do estudo apresentado através desse trabalho, dois governantes se destacam como líderes políticos e/ou no exercício do poder, por mais de duas décadas, sendo um filiado ao PSD e outro ao

PSDB. Ressalta-se que um dos governantes mudou de partido ao longo do mandato, curiosamente para o mesmo partido do candidato opositor, despertando a nossa atenção para a seguinte problemática: qual a ideologia dos partidos políticos PSD e PSDB no município de Ipaumirim, no período de 1997 a 2008?

Com base nessas considerações, o objetivo desse trabalho é investigar a ideologia dos partidos políticos PSD e PSDB em Ipaumirim-CE entre 1997 e 2008, ressaltando as práticas e divergências nos jogos de poder e na gestão política dos governantes e tentando apreender até que ponto a ideologia partidária é importante na escolha dos candidatos por parte do eleitor.

Para tanto, como objetivos específicos foram delimitados: conhecer as percepções dos eleitores sobre as práticas governamentais dos gestores, face às demandas da comunidade; investigar as aproximações e divergências na gestão política, conforme a ótica dos eleitores; e conhecer os critérios nos quais se baseiam os eleitores para votar nos candidatos.

A escolha do tema se justifica em função do nosso interesse em aprofundar o debate acerca das práticas governamentais em Ipaumirim-CE, no intervalo definido no presente estudo, face à ideologia dos partidos políticos, no sentido de apreender a influência da relação entre a gestão política e as percepções dos eleitores. Além disso, o estudo visa contribuir para enriquecer a literatura correlata, ao abordar temática tão relevante no contexto da sociedade atual, que envolve a democracia e os partidos políticos, as escolhas da população e as práticas dos governantes frente aos jogos da política.

Quanto à metodologia utilizada, esse trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, com consultas a diversas obras como livros, sítios na internet e revisão bibliográfica de diversos autores; e uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, através da qual foram coletados, por meio de entrevistas semiestruturadas, dados acerca das percepções dos eleitores com relação ao tema escolhido para estudo.

O trabalho foi dividido em três capítulos:

O primeiro Capítulo aborda a ideologia política dos partidos PSD e PSDB, fazendo uma breve contextualização histórica dos partidos políticos no Brasil, apresentando alguns aspectos ideológicos desses partidos e uma sucinta abordagem dos estatutos de ambas as agremiações.

No segundo capítulo, a ênfase recai sobre a gestão política, o conflito ideológico e a quebra de fidelidade partidária, caracterizando a prática governamental em contraponto às orientações programáticas dos partidos, a gestão municipal, as motivações do eleitor na escolha dos candidatos e a quebra de fidelidade partidária.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a governabilidade e exercício de poder em Ipaumirim, apresentando os resultados da pesquisa de campo desenvolvida e discutindo as percepções dos eleitores face às principais opiniões de diversos autores sobre o tema. Nesse última parte do trabalho, são apresentadas algumas categorias de análise acerca das aproximações e divergências nas formas de governabilidade dos prefeitos e sobre as representações da comunidade, na ótica dos participantes da pesquisa, sobre as práticas governamentais.

CAPÍTULO I

IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS PSDB E PSD

Em 1988, a democracia foi reestabelecida no Brasil, após o período do regime militar. Com a promulgação da Constituição Federal da República de 1988, tornou-se possível não apenas a criação de um grande número de partidos políticos, mas também diversas alterações na legenda partidária das agremiações políticas. Grande parte dessas mudanças resultou de fusões, cisões e incorporações de partidos (LOPES, 2008).

Observa-se que a democracia relativamente recente no Brasil é marcada por um padrão multipartidário que, inclusive, causa certa confusão quanto à identidade partidária e à escolha do eleitor. Considera-se que é difícil definir um número ideal de partidos políticos, ao mesmo tempo em que não é possível determinar um modelo ideológico perfeito e inflexível para os partidos políticos. A dinâmica da vida política proporciona muitas mudanças no campo político-partidário (LIMA, 2005).

Partidos políticos podem ser conceituados como instituições de fundamental importância para regimes democráticos, sendo responsáveis pela organização e competição eleitoral dos diferentes regimes. Um partido pode ser entendido como um grupo político alinhado a um rótulo oficial, o qual apresenta nas eleições, sendo capaz de colocar, por meio das eleições, candidatos a cargos públicos. Dessa forma, a existência dos partidos somente se torna possível com a existência de eleições (MELO, 2010).

Nesse capítulo, são apresentados os partidos políticos brasileiros sob o ponto de vista de uma breve contextualização histórica, oportunidade em que são abordados o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Social Democrático (PSD). São apresentadas ainda as concepções ideológicas desses partidos através de uma breve análise dos respectivos estatutos e à luz da literatura correlata.

1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A princípio, é importante destacar que a essência da democracia reside principalmente em dois princípios: o voto e os partidos políticos. Por essa ótica, os partidos são importantes meios de exprimir a opinião pública, pois se constituem em um foco permanente de opinião e difusão do pensamento político, estimulando indivíduos a manterem e defenderem opiniões.

Nesse sentido, considera-se que

Os partidos têm um papel muito importante na preparação das eleições e na escolha dos candidatos, porque o partido deve levantar perante o eleitorado todos os problemas que não de ser respondidos e, além de apresentar os problemas, deve apresentar o plano de programa que propõe realizar, caso conquiste o poder. E o partido apresenta também o candidato, o que significa fazer a primeira triagem para a decisão do eleitorado. Nestes dois pontos, os partidos passam a ter uma importância crucial para a democracia [...] (SANTOS, 2009, p. 11).

A história dos partidos políticos no Brasil revela que, em um momento inicial, eles foram reprimidos, desprezados e hostilizados, tanto no âmbito da doutrina quanto das instituições. Antes, era comum o entendimento de que, após eleito, um candidato era livre da vinculação e sujeição a grupos ou organizações de forças sociais. Contudo, hoje entende-se o contrário: a democracia se torna impossível sem a existência dos partidos políticos (AMARAL, 2013).

No período que se estende do império até a República de 1946, os partidos políticos foram concebidos como corporações de natureza político-social, com natureza jurídica de associação civil, sem regulamentação estatal. Foi a partir da Constituição de 1988 que o sistema democrático do pluripartidarismo foi definitivamente consagrado, garantindo a liberdade de criação, incorporação, fusão e extinção de partidos políticos. Contudo, os limites dessa liberdade estão situados no âmbito da soberania nacional do regime democrático, dos direitos fundamentais da pessoa humana e do pluripartidarismo. Os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral e adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil (SANTOS, 2009).

Os primeiros partidos políticos brasileiros, classicamente inscritos na denominação conservadora e liberal, surgiram durante a legislatura de 1838, durante a Regência Trina. O Partido Republicano surgiu ainda durante o império, por volta de 1870, recebendo influência da política dos governadores. Nesse período, dois partidos derivados das agremiações políticas provinciais se destacaram: o Partido Republicano Paulista – PRP, e o Partido Republicano Mineiro – PRM (LOPES, 2008).

Contudo, o socialismo revolucionário originou os extremismos partidários da esquerda e da direita, sendo que os partidos tradicionais democráticos passaram a se definir em posições centralizadas, com tendência conservadora ou renovadora em maior ou menor grau com relação aos extremos, buscando a conciliação entre a ordem democrática e as doutrinas coletivistas (SANTOS, 2009).

Nesse sentido,

Quando se dá a institucionalização jurídica da realidade partidária, e o jurídico coincide com o sociológico, chega-se também oficialmente ao Estado social. Nesta ocasião os textos constitucionais, entram a indicar o lugar que cabe às organizações partidárias no seio da ordem estabelecida. [...] os partidos políticos inserem-se no corpo das constituições. Os partidos se tornam instituições oficiais, que recebem subsídios de agências governamentais e se convertem em órgãos do poder estatal [...] (SANTOS, 2009, p. 12).

Os partidos políticos foram totalmente proibidos durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, sendo novamente legalizados somente em 1945. Contudo, a trajetória política brasileira no período entre 1945 e 1964 foi polarizada principalmente entre os partidos que apoiavam Getúlio Vargas, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e o principal partido oposicionista, a União Democrática Nacional (UDN). Observa-se que, mesmo após a morte de Getúlio, em 1954, sua personalidade continuou influenciando a sociedade brasileira por mais de uma década (SANTOS, 2009).

O PSD representou a face conservadora do getulismo, que agregava lideranças rurais e altos funcionários estatais, ao passo que o PTB contava com as lideranças sindicais e operários fabris. Por outro lado, a UDN era um partido liberal e antipopulista, agregando a burguesia e a classe média urbana, que era favorável à iniciativa privada e ao capital estrangeiro (RIBEIRO; SIMONI JUNIOR, 2013).

A partir de 1965, com o Ato Institucional número 2, o regime militar passou a permitir a existência de somente duas associações políticas nacionais, sendo que nenhuma delas podia usar a palavra “partido”. Dessa forma, foi criada a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), formada principalmente por egressos do PSD e pela UDN; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual tinha a função de fazer uma oposição moderada, tolerada pelo regime (SANTOS, 2009).

Diversos opositores considerados inconvenientes foram afastados pelo regime militar, de modo que milhares de pessoas tiveram seus mandatos cassados e, dessa forma, o regime se livrava de adversários. Assim, a ARENA agregou lideranças fascistas e conservadoras, ao passo que os liberais e trabalhistas que sobreviveram às perseguições entraram para o MDB, numa configuração política que durou por quase vinte anos (ROMA, 2002).

Na década de 1980 ocorreu a transição do regime autoritário para a democracia, período chamado de redemocratização brasileira. É possível perceber que ocorreu uma organização da sociedade civil com o objetivo de encerrar o regime ditatorial, proporcionando intensas transformações econômicas e sociais. Diversos movimentos, antes marginalizados pelo regime militar, passaram a se manifestar de maneira ativa com o advento da redemocratização, sendo legitimados na nova realidade política e social que se desenhava (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

O desfecho desse processo de redemocratização foi a promulgação da Constituição da República de 1988. Contudo, a reforma partidária teve início ainda em 1979, com a Lei nº 6.767, que encerrou o bipartidarismo e inaugurou o sistema multipartidário. O surgimento de novos partidos tornou o cenário político mais diversificado e competitivo, ou seja, mais coerente com a realidade democrática. Foi durante a redemocratização no Brasil que se firmou a opinião acerca da importância dos partidos políticos como via legítima de acesso ao poder e consequente efetivação do regime democrático. Apesar do grande número de partidos políticos atuantes hoje, ainda permanece incipiente o número de estudos sobre a institucionalização, trajetória e outros aspectos relativos aos partidos políticos no Brasil, exceção feita ao Partido dos Trabalhadores (PT), já que sobre esse partido existe uma vasta literatura no âmbito da produção acadêmica. Até mesmo o PSDB, partido que nas últimas décadas assumiu papel de grande importância na formação de alianças em disputas eleitorais nacionais, ainda não foi abordado pelos

estudiosos de maneira proporcional à sua importância na história política brasileira (JESUS, 2013).

A partir da Constituição Federal de 1988, foi inaugurada uma nova etapa na organização partidária brasileira, possibilitando a expressão formal da liberdade de criação e funcionamento dos partidos políticos. Contudo, esse desfecho só foi possível após um percurso de discussões e embates que abrangeram diversos aspectos, entre os quais, a liberdade partidária e seus condicionamentos, o sistema de controle dos partidos políticos, o fundo partidário e o acesso aos meios de comunicação (LIMA, 2005).

Com relação à liberdade partidária, firmou-se o entendimento na nova Constituição de que não deveria haver uma delimitação acerca do número de partidos nem as condições para a sua criação. Dessa forma, o próprio partido devia estabelecer sua estrutura e funcionamento. Enfim, nesse sentido, formaram-se duas correntes distintas, vencendo ao final a corrente libertária (LEAL, 2010).

Acerca dos condicionamentos à liberdade partidária, a existência de partidos políticos, segundo a Constituição de 1988, ficou condicionada ao caráter nacional, proibição de receber recursos de origem estrangeira, obrigatoriedade de prestação de contas à Justiça Eleitoral, funcionamento parlamentar conforme a lei e, ainda, obediência ao regime democrático, soberania nacional, direitos humanos fundamentais e pluripartidarismo. A princípio, levantou-se a hipótese de que a criação de partidos estaduais não feria a esses condicionamentos. Contudo, por causa do receio de que se formasse oligarquias regionais, foi mantida a proposta estritamente de caráter nacional (LIMA, 2005).

Sobre o sistema de controle dos partidos políticos, inicialmente não foram estabelecidos quaisquer tipos de controles de caráter quantitativo, ou seja, não havia limitação para o número de partidos. Já com relação ao critério qualitativo, foi estabelecido que os partidos deviam obedecer ao regime democrático, pluripartidarismo e direitos fundamentais. Além disso, foi proibida a utilização de organizações paramilitares (AMARAL, 2013).

Por fim, quanto ao fundo partidário e o acesso aos meios de comunicação, foi definido que os partidos deveriam atender às determinações da Lei, sendo que em 1995 foi aprovada a Lei nº 9.096, de 19 de setembro, dispondo sobre partidos políticos e regulamentando os artigos 14, § 3º, inciso V; e 17, da Constituição Federal (LEAL, 2010).

Atualmente, são registrados no Tribunal Superior Eleitoral, 35 (trinta e cinco) partidos políticos, apresentados a seguir conforme a ordem de deferimento: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido dos Trabalhadores (PT); Democratas (DEM); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido Social Cristão (PSC); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido Republicano Progressista (PRP); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Verde (PV); Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB); Partido Progressista (PP); Partido Socialista do Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); Partido Humanista da Solidariedade (PHS); Partido Social Democrata Cristão (PSDC); Partido da Causa Operária (PCO); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Social Liberal (PSL); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido da República (PR); Partido Social Democrático (PSD); Partido Pátria Livre (PPL); Partido Ecológico Nacional (PEN); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Solidariedade (SD); Partido Novo (NOVO); Rede Sustentabilidade (REDE); Partido da Mulher Brasileira (PMB), conforme dados do Superior Tribunal Eleitoral - STE (BRASIL, 2016).

Observa-se que, somente em 2015, três novos partidos tiveram deferimento concedido pelo STE, sendo que entre 2011 e 2015 foram criados e deferidos 8 novos partidos.

Considerando que o foco principal desse estudo é verificar a ideologia de partidos políticos a partir da gestão municipal de dois partidos específicos, os subtópicos seguintes destacam de maneira breve e sintética, o surgimento e as principais características do PSDB e do PSD, com ênfase no contexto social da criação de cada partido e em alguns pontos da trajetória histórica partidária.

1.1.1 PSDB

O PSDB é um partido cujo desempenho eleitoral proporcionou, em pouco tempo, o preenchimento de muitos cargos eletivos por todo o Brasil. A criação do partido se deu por motivos ideológicos, em razão das divergências de alguns parlamentares com relação à aliança com a aliança mantida entre o PMDB e o PFL,

partido de direita, mas também foi influenciada pela prorrogação do mandato presidencial para cinco anos, beneficiando de maneira imediata o então presidente José Sarney (MELO, 2010).

O partido surgiu em 1988 através de uma cisão coletiva de um grupo de parlamentares do PMDB, autodenominado como ala mais progressista e à esquerda do partido. Porém, mesmo intitulado como partido social-democrata, ao contrário de partidos classicamente originados e vinculados às massas trabalhadoras e sindicatos, o PSDB teve origem exclusivamente parlamentar, contando já no início com políticos influentes no âmbito político nacional que se desligaram do PMDB devido à divergências ideológicas de deputados (ROMA, 2002).

Sendo o PSDB fundado em 1988, porém, o deferimento do TSE data de 24 de agosto de 1989. O presidente atual do partido é o senador Aécio Neves da Cunha, candidato à presidente da república nas eleições de 2014. O PSDB é o mais novo entre quatro grandes partidos do Brasil, juntamente com o PMDB, PT e o Democratas. Entretanto, é interessante notar que nenhum outro partido na história brasileira registrou tão rápido crescimento, tanto no que diz respeito à organização quanto aos resultados eleitorais, de modo que em poucos anos de sua criação, o PSDB foi alçado à Presidência da República e já estava presente em todo o território nacional, contando com mais de um milhão de filiados e sucessivas vitórias em todas as eleições realizadas a partir desse momento (JESUS, 2013).

Ainda analisando a conjuntura sociopolítica que contribuiu para a criação do partido, constata-se que, após a morte do ex-presidente Tancredo Neves, momento em que José Sarney assume a Presidência da República, ficou evidente que o PMDB não seria capaz de atender aos desejos de grande parte dos brasileiros. Por ser um partido que havia assumido a função de interlocução entre o regime militar e a sociedade civil ansiosa por liberdade e melhorias sociais, quando era proibido usar o termo “partido” na identificação das agremiações e, assim, chamava-se ainda MDB, acabou perdendo a confiança da população (VIDAL, 2013).

Dada a insatisfação com o governo Sarney e aproveitando a abertura do sistema partidário, algumas legendas começaram a surgir, se contrapondo ao governo e buscando oferecer à sociedade outras alternativas. Nesse sentido, um desses partidos foi o PSDB, cuja composição foram parlamentares dissidentes do PMDB, conforme já mencionado. É interessante notar, contudo, que a criação do PSDB tinha como cenário a tentativa de criar um partido socialista, com base

construída principalmente através de alianças com movimentos sindicais. Entretanto, com a criação do PT, grande parte dos membros alinhados à essa proposta migraram para o novo partido, enquanto outra parte permaneceu nos quadros do PMDB (RODRIGUES, 2009).

Importante destacar, segundo Roma (2002), que três elementos essenciais influenciaram na fundação do PSDB. O primeiro foi o pouco espaço político concedido pelo governo Sarney aos políticos que fundariam esse partido. O segundo fator importante foi a exclusão desses políticos do processo de sucessão à presidência da República. Por fim, o terceiro elemento foi a abertura de um mercado de eleitores descontentes com o governo federal, em articulação com os elementos anteriores.

Nesse sentido, a origem do PSDB encontra explicação mais consistente em sua orientação pragmático-eleitoral, mais do que em seus princípios ideológicos. O grupo de deputados federais e senadores dissidentes acreditavam que somente teriam a oportunidade de conquistar cargos no governo federal aproveitando o capital político do PMDB, mas através de um novo partido.

O manifesto publicado pelo PSDB em 1988 trazia ao conhecimento de todos os princípios ideológicos da organização partidária, oportunidade em que se enfatizou uma posição de centro-esquerda no espaço político nacional, com preocupações voltadas para a distribuição de renda, justiça social, emprego, reforma agrária, soberania nacional, entre outras, aproximando o partido de outros situados à esquerda. Era interesse do PSDB conquistar esse nicho do cenário político. Contudo, o programa, elaborado em 1988, apresentava ainda outras características e foi orientado principalmente pela tendência liberal, priorizando a abertura econômica ao capital estrangeiro, desregulamentação da economia e privatização de empresas estatais. A intenção era modernizar a feição do Estado brasileiro, rompendo com o caráter nacionalista e estatizante presente desde o governo Vargas da década de 1930. Nesse sentido, as principais diretrizes voltadas para um futuro governo enfatizaram a estabilidade monetária como sendo uma condição necessária para o crescimento econômico (JESUS, 2013).

Frequentemente se observam comentários de que, a partir de 1994, o PSDB deslocou sua posição ideológica da centro-esquerda para a direita no âmbito político, sendo que esse deslocamento estaria caracterizado em função da redefinição de diretrizes políticas, com um programa de governo considerado

neoliberal, ao invés do ideal social-democrata. Esse deslocamento para a direita foi necessário para favorecer o mercado e alçar o partido ao governo, com o apoio do PFL. Entretanto, é possível considerar que essa orientação liberal já estava presente desde a origem do partido, e não somente como condição necessária para chegar ao governo e para viabilizar a governabilidade (ROMA, 2002).

Relativamente aos problemas sociais, principalmente a desigualdade social e a pobreza, o programa do partido partiu da premissa segundo a qual estes problemas seriam resolvidos como consequência da estabilidade monetária, descentralização da administração pública, austeridade fiscal e crescimento econômico sustentável, ou seja, com todas essas medidas os resultados alcançados iriam necessariamente contribuir para a resolução desses problemas. As diretrizes definidas pelas lideranças, esse era o entendimento do partido, seria a medida mais eficaz para resolver dois grandes problemas estruturais do Estado: o patrimonialismo e a crise fiscal (VIDAL, 2013).

No caso específico desse estudo, conforme se verificará adiante, não há uma fronteira bem delimitada no que diz respeito à ideologia do partido, uma vez que a gestão municipal tem a atenção mais voltada para as prioridades locais, algumas vezes até mesmo distanciando-se do programa partidário.

1.1.2 PSD

O Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político fundado inicialmente em 1945, sob os auspícios da era Vargas e, posteriormente, extinto pelo Regime Militar em 1965. Juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formou o bloco pró-getulista em oposição à União Democrática Nacional (UDN). Foi o partido majoritário quanto à representação na Câmara dos Deputados e elegeu os presidentes Eurico Gaspar Dutra, em 1945, e Juscelino Kubitschek, em 1955. Após a extinção do partido, os membros que o formavam foram divididos, migrando alguns para o MDB e outros para a Arena, partido que apoiava o regime militar (LOPES, 2008).

Em 1987 foi criada uma nova versão do partido, dirigido inicialmente pelo grupo político do ex-ministro César Cals e fundado pelo paulista Luiz Paccos Filho. O partido adotou o número 41 e estreou nas urnas em 1988, quando ocorreram as primeiras eleições municipais. Contudo, a legenda não obteve o mesmo sucesso

que se verificou nas décadas de 40 e 50. O partido lançou diversos candidatos e disputou a última eleição em 2002, tendo eleito alguns deputados federais e estaduais, como também um senador. Em 2003, o partido foi incorporado ao PTB (LIMA, 2005).

Finalmente, em 2011 foi fundado o Partido Social Democrático na forma como é conhecido atualmente, criado a partir de políticos que vieram do Democratas, PP, PSDB, PPS, entre outros, a princípio liderados pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Chamado então de Novo PSD, o partido foi oficializado pelo TSE no dia 27 de setembro de 2011 e já estreando nas urnas com sucesso em 2012, quando elegeu 497 prefeitos, tornando-se o quarto maior partido brasileiro quando ao número de prefeitos, superado apenas por PMDB, PSDB e PT. Logo que foi criado, o PSD atraiu um relevante número de deputados federais eleitos de outras legendas, tornando-se ainda no seu primeiro ano de existência, o quarto maior partido em representação na Câmara dos Deputados (RIBEIRO; SIMONI JUNIOR, 2013).

No senado e governos estaduais, é certo que o PSD não alcançou o mesmo desempenho, mas já podia ser considerado um dos principais partidos do país, pois, em pouco tempo alcançou abrangência nacional. O partido decorre do fracasso do projeto de refundação do PFL, o qual mudou o nome da legenda para Democratas em 2007. Trata-se de uma estratégia para sobreviver na oposição, de modo que o partido buscou se reformular, renovando seus quadros políticos para tentar obter a simpatia de eleitores alinhados à centro-direita e avessos ao PT. A troca de nome também contribuiu para mascarar a relação histórica com o regime militar. Por fim, uma nova geração de políticos também foi importante para consolidar a renovação (RODRIGUES, 2009).

Entretanto, a refundação do PFL fracassou, pois não foi capaz de revitalizar o partido nem impedir seu encolhimento gradual devido à saída de políticos em direção a siglas mais próximas ao governo federal. Além disso, disputas internas contribuíram para aumentar o desgaste. Nesse sentido, duas decisões do TSE foram importantes para o marco legal vigente que possibilitou a criação do PSD. A primeira dessas decisões, de outubro de 2007, foi de que o mandato eletivo de ocupantes de cargos do executivo ou parlamentares pertencem aos partidos, de modo que, ao se transferirem sem justa causa para uma legenda diferente daquela na qual se elegeu, os políticos estariam sujeitos à perda de mandato. A segunda

decisão, igualmente relevante para o PSD, foi estabelecida em junho de 2012, quando o partido já havia sido deferido. O TSE considerou que o novo partido poderia participar, proporcionalmente ao tamanho de sua representação na Câmara dos Deputados, do rateio do Fundo Partidário (RIBEIRO; SIMONI JUNIOR, 2013).

Cabe acrescentar que, uma das principais razões para a fundação do PSD, ou novo PSD, foi o objetivo de aproximação do governo federal, visto que no Brasil é grande o incentivo para participar do governo.

De acordo com o sítio do partido na internet, o PSD tem posição enfática na defesa das liberdades de opinião e expressão, bem como ao direito do cidadão à informação, opondo-se expressamente contra qualquer tipo de controle, censura, restrição ou regulamentação da mídia. Entende-se que o exercício da política deve ser transparente, responsável, não comportando sombras ou conluios. O partido defende a propriedade privada e a iniciativa, economia de mercado como regime propício para geração de riqueza e desenvolvimento, sem os quais não é possível erradicar a pobreza (PSD, 2016).

Ainda segundo a página, o partido acredita em um Estado forte, regulador, porém democrático e voltado para as prioridades sociais, apoiando as políticas sociais direcionadas aos que mais precisam do auxílio do Estado, compreendendo a necessidade de abrir portas para favorecer o acesso ao emprego digno para esses cidadãos.

No presente trabalho, será considerado o Partido Social Democrático fundado em 1987 e incorporado ao PTB em 2003, uma vez que o foco desse estudo será comparar a influência da ideologia partidária na atuação política de um prefeito eleito, à época, enquanto membro do PSD, nas eleições municipais de 2000, sendo que posteriormente o referido prefeito voltou a governar o município, dessa vez eleito pelo PSDB, partido que anteriormente representava ora situação, ora oposição.

1.2 CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O termo Ideologia pode ser entendido através de uma comparação com o seu oposto, o pragmatismo político. Dessa forma, aquele cidadão que segue uma crença, de maneira dogmática e passional, é considerado ideológico, ao passo que

o indivíduo que atua politicamente sem vínculo com algum conjunto de valores é considerado não ideológico (REBELLO, 2012). Para o autor,

Ideologia é uma das palavras de mais difícil definição no campo das ciências sociais devido a uma ampla gama de significados. Apesar de existirem diversas maneiras em definir o conceito, nos parece adequada a separação em que Bobbio distingue o significado “fraco” e “forte” de ideologia. No significado fraco ideologia designa espécies de sistemas de crenças ou valores. Já no significado forte, que remonta à teoria de classes de Marx, o significado de ideologia está associado a uma falsa consciência das relações de domínio de classe (REBELLO, 2012, p. 300).

Depreende-se das colocações do autor que o termo pode ser entendido como um sistema de crenças que norteia as ações e define as decisões dos sujeitos que seguem esse sistema. A vinculação de um indivíduo com uma organização partidária, por exemplo, trata-se da identificação do sujeito com a ideologia política de um determinado partido político, ou seja, o sistema de crenças inscrito na origem da agremiação política.

É importante destacar que as pessoas se filiam a um determinado partido político porque encontram nele um conjunto de pensamentos e ideias capazes de favorecer as mudanças sociais desejadas, ou seja, um sistema de crenças coerente com o pensamento do indivíduo. Um novo partido surge com novos ideais, programa e pensamentos, ou seja, uma nova ideologia, podendo provocar até mesmo naqueles que já pertencem a um partido, o desejo de adesão a uma nova agremiação com programa mais atual e coerente com seus princípios (ACCIOLY, 2009).

Os partidos formam vínculos sociais principalmente a partir de dois eixos: por representarem grupos e por formarem governos. Assim, os partidos políticos criam identidades, marcas e rótulos que permitem uma economia no custo de informação. As denominações, tais como partido conservador, liberal, republicano, trabalhista, democrata, socialista, progressista, verde, comunista, entre outros, proporcional aos eleitores uma espécie de atalho informacional, uma forma rápida de identificar a ideologia principal que norteia a atuação política da agremiação (REBELLO, 2012).

De um modo bastante simplificado, o trecho abaixo traz a concepção de partido político no que diz respeito à ideologia político-partidária:

O partido é a organização política em que os membros desenvolvem uma ação conjunta com vista à conquista e exercício do poder, por meio eleitoral ou qualquer outro, para atribuí-lo a uma pessoa, a um grupo ou para fazer vingar uma certa ideologia. [...] O partido reflete também este comportamento individual, adiciona os propósitos dos que entendem que só ocupando o Poder lhes permite executar um projeto que na sua forma genuína diz respeito ao futuro da comunidade política e na forma mais perversa à satisfação de interesses sectoriais e privados (SANTOS, 2009, p. 17).

Ainda segundo o autor, sem a existência dos partidos a democracia se torna impraticável, haja vista que em todas as democracias que existem em repúblicas liberais atuais, bem como em todas as nações democráticas, possuem partidos políticos. Conciliar os interesses públicos com as aspirações políticas é uma necessidade para qualquer líder de uma nação que objetive construir uma democracia verdadeira (SANTOS, 2009).

Com relação ao PSDB, considera-se que a postura ideológica e a visão programática que predomina entre as principais lideranças políticas com cargos eletivos ou cargos de direção assemelham-se bastante às concepções liberais. Contudo, é importante destacar que, quanto mais próximos do poder, mais os partidos tendem a adotar posturas ideológicas matizadas, agrupando posicionamentos que são caracterizados com um misto de ideologias. Isso ocorre principalmente porque se faz necessário administrar as margens de manobra e agregar apoio dos mais diversos setores sociais. Dessa forma, quanto mais abertos os seus terrenos de recrutamento, mais indecisa se torna sua configuração ideológica. O mesmo pode ser afirmado com relação ao PSD, mas, ressalte-se, por não ter ganhado muita expressividade na década de 1990, elegendo principalmente prefeitos em pequenas cidades, o partido manteve-se mais fiel às suas concepções ideológicas iniciais, em comparação com o PSDB (VIDAL, 2013).

Nesse sentido,

Desde a sua fundação, o comportamento dos parlamentares do PSDB ocorreu de forma coesa. Os votos dos deputados peessedebistas seguiram a indicação do líder do partido na maior parte das votações e, no governo Fernando Henrique, o grau de coesão é mais elevado se comparado a outras gestões (ROMA, 2002, p. 85).

Constata-se, pois, que mesmo alcançando o governo federal, o partido procurou manter a coesão interna e as concepções ideológicas. Contudo, conforme já ressaltado, apesar da orientação inicial do partido apontar para uma posição ideológica da centro-esquerda, observou-se um certo deslocamento para a direita, uma vez que o governo tomou um rumo marcado por diretrizes políticas e um programa de governo tipicamente neoliberal, ao invés da social-democracia (REZENDE, 2009).

O tópico seguinte analisa brevemente os estatutos dos partidos PSDB e PSD, sempre que possível ressaltando as semelhanças e divergências quanto às principais características e diretrizes que norteiam a atuação política em cada caso.

1.3 PSDB E PSD: BREVE ANÁLISE DOS ESTATUTOS

Em um sistema democrático, é fundamental que os partidos atuem com base em programas definidos. Contudo, grande parte das pessoas parecem relutar em formular suas escolhas eleitorais levando em consideração, primordialmente, os programas dos partidos. “O elemento pessoal continua a pesar e não raro a preponderar, principalmente pela existência de candidatos que se utilizam do partido meramente como ponte para seus objetivos pessoais de obtenção de poder” (SANTOS, 2009, p. 21).

Não são raros os casos em que os partidos, em um curto espaço de tempo, passam por relevantes alterações em sua filosofia partidária. As movimentações de políticos entre partidos têm sido comuns e, nesse sentido, o TSE incluiu entre as causas de desfiliação consideradas justas, a comprovação da existência de uma significativa mudança na orientação programática do partido, hipótese em que o candidato eleito estaria autorizado a se desfiliar do partido, transferindo-se para outro, conservando o mandato, ou seja, nessa hipótese a transferência não implica em quebra da fidelidade partidária (OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, a hipótese de desfiliação e mudança de partido se justifica em função da necessidade de preservação do mandato conferido pelo povo ao representante filiado a uma determinada agremiação política, visando proteger o voto do eleitor que é dado não somente ao candidato, mas principalmente ao partido que o acolhe. Dessa forma, é preciso resguardar a confiança depositada pelo eleitor nas ideias e propostas cuja expressão estão na raiz do sistema representativo

proporcional. Se o próprio partido realiza modificações em um curto espaço de tempo na sua ideologia, passa a existir a possibilidade de mudança de partido sem necessariamente caracterizar a quebra de fidelidade partidária, porque o conjunto de crenças e ideais que caracterizam a ideologia política perdem a substância primordial que mantinha a identidade com determinado grupo de eleitores, por exemplo (ACCIOLY, 2009).

Analisando brevemente alguns aspectos do Estatuto do PSD, o caput do artigo 2º apresenta o seguinte:

O Partido Social Democrático constitui-se como instrumento de realização do processo político fiel ao princípio democrático, ao regime republicado em sua forma federativa, para defender um Brasil mais forte, desenvolvimentista, com uma economia dinâmica, moderna, competitiva e sustentável; um Brasil mais justo, no qual todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei; um Brasil equânime pela inclusão social e um Brasil mais solidário, com mais oportunidades para todos (PSD, 2016).

São apresentadas como diretrizes norteadoras para a elaboração do programa do partido, o desenvolvimento com liberdade e a liberdade para desenvolver; a necessidade de liberdade como caminho para o desenvolvimento; o respeito à democracia e ao voto distrital; o direito de propriedade e o respeito aos contratos; a igualdade de oportunidades para garantir a cada um alcançar seus objetivos pelo esforço individual; sustentabilidade e inovação tecnológica; transparência e respeito ao cidadão contribuinte; liberdade de imprensa, bem como a liberdade de expressão e pensamento sem qualquer discriminação; livre associação entre pessoas, sindicatos autênticos e defesa da liberdade e pluralidade de representação; descentralização e subsidiariedade; livre comércio e defesa de valores; liberdade e responsabilidade individual.

O Estatuto do PSDB define como base para o partido a democracia interna e a disciplina, tendo como objetivos programáticos:

[...] a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição

equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (PSDB, 2016).

Destacam-se entre as diretrizes fundamentais para o funcionamento e atuação do partido, entre outras presentes no regulamento, a temporariedade do mandato de dirigentes partidários; a efetiva participação dos filiados na vida partidária, abrangendo o processo decisório e formação de recursos patrimoniais, técnicos e financeiros; a articulação com movimentos sociais, respeitadas sua autonomia e características e asseguradas a representação nos quadros partidários; disciplina e fidelidade aos princípios já mencionados e decisões partidárias, que são aplicáveis a todos os filiados e aos que exercem funções públicas eletivas ou não.

Ainda conforme o Estatuto, a organização e funcionamento do PSDB está fundamentada na adequada integração e coordenação entre duas linhas de estrutura e ação, quais sejam: a estrutura vertical dos órgãos que integram a hierarquia partidária nos três níveis da federação; e a estrutura de articulação com a sociedade, por meio de organizações populares, comunitárias ou de moradores, entre outras, abrangendo as mais diversas dimensões da vida social e do contexto institucional.

Tendo em vista todas as considerações acerca dos partidos políticos e, em particular, a sucinta caracterização do PSDB e PSD, busca-se no capítulo seguinte analisar alguns aspectos da gestão política dos governantes, tais como o conflito ideológico e a quebra de fidelidade, no sentido de adentrar ao foco principal desse estudo, que é a gestão política municipal em Ipaumirim, Ceará, por representantes desses dois partidos.

CAPÍTULO II

A GESTÃO POLÍTICA: CONFLITO IDEOLÓGICO E QUEBRA DE FIDELIDADE

Nesse capítulo, trataremos da gestão política, enfatizando os conflitos ideológicos partidários, bem como a quebra de fidelidade, ou seja, as mudanças de filiação partidária por parte dos governantes e detentores de mandatos eletivos, visando entender as motivações de políticos para migrar entre agremiações e, em função dessa mudança, a possibilidade de perda do mandato e a justa causa para mudança de partido, à luz da legislação pertinente. Ainda no campo ideológico partidário, são analisadas as principais motivações dos eleitores na escolha dos candidatos. São feitas, ainda, breves considerações acerca dos conflitos ideológicos que podem resultar da mudança de um governante para outro partido político.

2.1 O CONFLITO IDEOLÓGICO NA GESTÃO POLÍTICA DOS GOVERNANTES

2.1.1 ORIENTAÇÃO PROGRAMÁTICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos cumprem uma função muito importante e delicada na democracia, pois mostram aos eleitores as opções políticas possíveis, indicando ao povo as pessoas que são capazes de assegurar as propostas que apresentam, ou seja, os candidatos que levarão a cabo as promessas de campanha que refletem o programa partidário. Entretanto, sabe-se que a função constitucional dos partidos nem sempre é cumprida de maneira satisfatória, sendo que essas agremiações muitas vezes representam tão somente meios de conquista do poder. Convém lembrar que os partidos só são capazes de cumprir com sua função constitucional quando não são dominados por oligarquias, possuem disciplina interna e não se submetem a interesses escusos (SANTOS, 2009).

Quando a ação dos partidos sofre interferência do domínio oligárquico, em função da indisciplina, corrupção financeira ou, ainda, quando é exercida para favorecer doutrinas ou determinadas pessoas contrárias ao governo pelo povo, bem como visando atender aos interesses de determinados grupos vinculados a governos, os partidos passam a figurar, na verdade, como temíveis instrumentos de destruição da democracia (LEAL, 2010).

Incumbe aos partidos políticos, ainda, como importante função no âmbito da democracia, juntamente ao Poder Judiciário, auxiliar na organização do processo eleitoral. De fato, os partidos atuam de modo a estruturar o quadro de candidatos escolhidos para participarem do pleito, e, para tanto, seleciona e limita o número de candidatos, exercendo a fiscalização no andamento do processo para assegurar a lisura e idoneidade por parte de representantes dos demais partidos, pessoas envolvidas no processo eleitoral, entre outros (MELO, 2010).

Realizadas as eleições, os partidos, por meio de seus representantes eleitos, passam a colocar em prática um programa de governo específico. Os governantes buscam, teoricamente, priorizar determinados setores coerentes com o estatuto do partido e com a identidade programática da agremiação que o conduziu ao cargo como representante do povo. Por vezes, a gestão política dos governantes pode apresentar certos conflitos ideológicos, em face do programa partidário e do que realmente se verifica, na prática, através das decisões do governante.

Para falar de conflitos ideológicos no âmbito dos partidos políticos e gestões de governantes, convém analisar os principais aspectos ideológicos do PSD e PSDB, as características fundantes desses partidos, de acordo com alguns estudiosos.

Nesse sentido, é interessante notar que

A construção da identidade programática do PSDB revela um dilema ideológico entre se declarar social-democrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais, de outro. Este dilema inicial, de certa forma, impôs uma diferenciação importante no que se refere à composição dos membros do partido. O discurso ideológico social-democrata, explicitamente manifestado no conteúdo dos documentos partidários e nos cursos de formação política ministrados pelo partido, foi fundamental no processo de mobilização de filiados e militantes no interior do PSDB, o que conferiu um viés mais de esquerda na sua origem (ROMA, 2002, p. 72).

Percebe-se que, no caso do PSDB, apesar de um programa alinhado a ideais liberais, a ideologia social-democrata presente em documentos partidários e cursos de formação, contribuíram para mobilizar militantes, fortalecendo o caráter de esquerda na origem do partido.

Contudo, a tese liberal se fez especialmente marcante no programa de governo, predominando entre os membros detentores de cargos eletivos. Além

disso, essa visão liberal prevaleceu quando o partido estabeleceu alianças com partidos de direita e alcançou o governo federal. Dessa forma, observa-se que a concepção liberal foi, de fato, concretizada e traduzida em política de governo. A partir desse momento, ao longo da década de 1990, o partido triplicou o número de representantes do legislativo municipal e duplicou o número de prefeitos filiados, tendo aumentado em cinco vezes o número de governadores nas eleições de 1994. Na câmara federal a presença do partido não foi menos expressiva, de modo que a agremiação logo se colocou entre as maiores do país (JESUS, 2013).

A estrutura organizacional do PSDB favoreceu a formação de coalizões parlamentares que, por sua vez, contribuíram para a eficiência governamental, visto que, em relevante medida, o programa do partido foi traduzido em políticas públicas que desempenharam um importante papel para a sobrevivência do partido.

Conforme já mencionado no capítulo anterior, o outro partido enfatizado no presente trabalho, o PSD, foi fundado inicialmente em 1945, tendo sido extinto pela ditadura militar e voltando ao cenário nacional apenas em 1987. Partido de caráter eminentemente centrista, foi formado sob a influência do governo Vargas, vindo a formar o bloco pró-getulista posteriormente, junto ao Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. A versão do partido que se analisa no presente trabalho é o PSD criado em 1987, com o número 41, após a ditadura militar (LIMA, 2005).

A última eleição disputada pelo PSD, em 2002, resultou na eleição de alguns candidatos a deputado estadual e federal, e um senador. No ano seguinte o partido seria incorporado ao PTB. Contudo, trazendo para o cenário da pesquisa, nas últimas eleições municipais em que participou o PSD, foi eleito no município de Ipaumirim-CE o candidato a prefeito Luiz Alves de Freitas, sendo essa gestão objeto de análise no presente trabalho, quanto aos aspectos do governo e da fidelidade partidária, tendo em vista que, em pleno mandato, o chefe do executivo municipal filiou-se a outro partido (RIBEIRO; SIMONI JUNIOR, 2011; LOPES, 2008).

Tanto o PSD quanto o PSDB trazem em sua nomenclatura a social-democracia, visto que são partidos que buscam atuar em defesa da proposta social-democrata, caracterizada, entre outros aspectos, pelo menor controle estatal sobre a economia. Enquanto governo, algumas ações defendidas por esses partidos incluem a privatização de certos setores estatais, redução de gastos públicos, fortalecimento de agências controladoras, defesa do direito à propriedade intelectual e implantação de programas sociais em âmbito federal (REZENDE, 2009).

A social-democracia trata-se de uma ideologia política que defende intervenções econômicas e sociais por parte do Estado, com o objetivo de promover a justiça social em um sistema capitalista. Essa proposta conjuga uma política de bem estar social, regulação econômica, sindicatos e serviços de interesse geral da população, intervenções para melhorar a distribuição de renda de uma maneira mais igualitária, reafirmando o compromisso com a democracia representativa. De um modo geral, trata-se de uma ideologia política de centro esquerda (VIDAL, 2013).

No cenário nacional, pode-se considerar que o principal rival do PSD (1987-2003) e PSDB seria o Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar da origem semelhante, são partidos que acabaram por se distanciar na política. O PT e o PSDB, hoje estão entre os maiores partidos do país.

Entretanto, é interessante notar que, se no governo do PSDB havia uma clara sobreposição entre ser de esquerda e ser da oposição, já no período do governo do PT, qualquer movimentação do governo em ser de esquerda passou a se tornar mais complexa, uma vez que o governo passou a ser cercado por uma coalização de partidos com diversas matrizes ideológicas, tendo sido a equipe de governo compartilhada principalmente entre PTB, PMDB, PP e PL (REBELLO, 2012).

Tendo em vista que o cenário dessa pesquisa é o âmbito municipal, a gestão política deve ser analisada dentro desse contexto. É importante ter em mente que a estrutura administrativa dos municípios tem sido modificada continuamente, conforme se analisa de maneira breve no subtópico a seguir, demandando do gestor atual maior conhecimento técnico-administrativo, habilidades políticas e capacidade de traduzir de maneira prática e eficaz suas propostas de governo.

2.1.2 OS MUNICÍPIOS E A GESTÃO MUNICIPAL

O Município é a menor unidade político-administrativa, localizando-se abaixo dos Estados que, por sua vez, estão abaixo do Distrito Federal. O corpo político-administrativo municipal é representado pela Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores, representando respectivamente o Poder Executivo e Poder Legislativo municipal. Com este aparato, o município é autônomo para criar as próprias leis e exercer o poder tributário, organizando serviços e aplicando rendas (SANTOS, 2009).

Convém ressaltar que a partir do Plano Diretor, os municípios passaram a ter maior autonomia em sua função administrativa, responsabilizando-se por serviços antes desempenhados somente pela esfera Estadual ou Federal. Entretanto, também passou a ser imposta uma maior racionalidade na gestão de recursos públicos, exigindo um preparo técnico, infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados para gerir esses recursos. Se antes havia muito pouco controle social e a racionalidade administrativa era extremamente imprecisa, essa realidade sofreu um importante impacto (RAMOS, 2012).

A partir dessas mudanças, a maioria dos municípios que, antes, desenvolviam ações claramente orientadas pelo favoritismo, clientelismo e assistencialismo, passaram a se deparar com uma realidade cada vez mais marcada pela pressão social e institucional sobre os gestores municipais, no sentido de reverterem essa cultura e administrarem com mais eficiência e racionalidade os recursos públicos (PEREIRA, 2008).

É no âmbito municipal que as diversas faces da vida da população se apresentam, evidenciando necessidades de aplicação de recursos de maneira eficiente. Nesse sentido, a garantia dos serviços de saúde e de ensino básico nas escolas, por exemplo, bem como o asfaltamento e manutenção de vias públicas, saneamento básico, registro de imóveis e fiscalizações diversas, entre outros, constituem atribuições do gestor municipal, que deve acompanhar de perto e fazer cumprir as medidas em benefício da população (TEIXEIRA, 2011).

O Prefeito é o titular do Poder Executivo Municipal, representando o Município e acumulando atribuições e responsabilidades para com os governados. O governo, exercido pelo Prefeito, significa a tomada de decisões a partir de alternativas de ação, cujo foco deve ser sempre encontrar a melhor solução para a sociedade. O interesse público coletivo, a princípio, deve ser a base para a tomada de decisões do gestor. Dessa forma, quando o Prefeito Municipal sanciona uma norma, por exemplo, leva em consideração a distribuição de direitos e deveres, custos e benefícios, sob os auspícios da estrutura administrativa nacional, do ordenamento jurídico vigente e da Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988).

Assim, na função de chefe do Poder Executivo municipal, pelas mãos do prefeito passa todas as decisões nesse âmbito. Cabe ao prefeito exercer diversas funções administrativas, tais como a execução de leis e atos municipais, a

administração do patrimônio municipal, investimentos, prestação de serviços essenciais aos administrativos, entre outros (PEREIRA, 2008).

No exercício do governo municipal, o prefeito toma decisões tendo em vista um conjunto de leis que buscam resguardar os interesses públicos de qualquer benefício privado, isso porque, na relação entre a administração pública e a sociedade, existe uma delimitação necessária para separar aquilo que é público do que é privado. Isso não significa que empresas privadas não possam realizar atividades públicas, nem a esfera pública desenvolver atividades com características típicas de empresas privadas. Ocorre que, nessa relação, é obrigatório observar uma ampla legislação que, em última análise, busca proteger os recursos que são de toda a sociedade e não podem ser livremente entregues nas mãos de particulares (RAMOS, 2012).

Em sua atuação, portanto, o prefeito deve zelar para que suas decisões não extrapolem os limites legais e morais, praticando atos que possam beneficiar um determinado grupo em detrimento da coletividade. O princípio da legalidade e da moralidade, previstos na Constituição Federal de 1988, orientam nesse sentido, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), prevê penalidades ao gestor que infringir as normas de determina.

Convém destacar que o controle dos atos dos representantes do povo representa um avanço da sociedade na prática da democracia, pois os mecanismos institucionais criados auxiliam na transparência dos atos do gestor. O prefeito possui uma grande autoridade no âmbito dos negócios pertinentes ao Município, assim como na comunidade, e suas atribuições derivam do fato de que o chefe do Executivo Municipal é, de fato, a pessoa de confiança eleita pelo povo, sendo considerado capaz de solucionar problemas e questões prioritárias do Município. A Lei Orgânica Municipal, assim como a Constituição Estadual e a Constituição Federal permitem visualizar, de um modo geral, as atribuições do prefeito (TEIXEIRA, 2011).

A partir dessas considerações gerais acerca da gestão municipal e do Prefeito Municipal, pretende-se fornecer uma visão simplificada do campo de atuação do chefe do poder Executivo Municipal, que muitas vezes pode resultar em limitações para que atue conforme as reclamações e solicitações do povo e, ainda, de maneira coerente com o programa do respectivo partido ao qual é filiado e detém o seu mandato.

As percepções dos administrados, ou seja, da população na esfera municipal, depende de vários fatores, como a coerência entre as promessas de campanha e o efetivo cumprimento dessas; a oferta de serviços básicos com eficácia, tais como educação e saúde, transporte, pavimentação e saneamento, entre outros; a capacidade de diálogo com os diversos setores da sociedade, elaborando e implementando medidas que venham a beneficiar toda a coletividade; e, ainda, a coerência entre a gestão e a orientação programática que caracteriza o partido político, visto que muitos eleitores votam tendo em vista não somente o candidato, mas o partido ao qual é filiado; entre outros fatores.

Contudo, é certo que diversos desafios se apresentam ao gestor público municipal atualmente, entre os quais, a própria relação que ele mantém, na qualidade de Prefeito Municipal, com o setor privado e com os diversos setores da sociedade. Observa-se que a delimitação entre o público e o privado nem sempre é clara e, assim sendo, a inobservância às leis pode resultar em atos ilícitos que, mesmo cometidos inadvertidamente, acarreta consequências jurídicas no âmbito da responsabilidade do gestor (RAMOS, 2012).

Por fim, longe da pretensão de esgotar essa discussão, optou-se por destacar algumas das características importantes aos gestores atuais, tais como: o amplo e profundo conhecimento técnico e político-administrativo; capacidade para lidar adequadamente com a complexidade das organizações atuais; flexibilidade necessária para lidar com diferenças individuais nas muitas equipes que deve gerenciar, estabilidade e autocrítica para absorver outros pontos de vista; capacidade de julgamento para lidar com as incertezas, mostrando-se disposto ao aprendizado contínuo; entre outras habilidades.

Para concluir a abordagem acerca dos municípios e da gestão pública municipal, é interessante abordar rapidamente algumas das principais motivações do eleitor ao escolher, através do voto, o candidato que se propõe a representar o povo.

2.1.3 MOTIVAÇÕES DO ELEITOR NA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES

É certo que entender as motivações por trás das escolhas dos eleitores, bem como compreender as razões que estimulam o eleitor a escolher um determinado candidato, e não outros, são aspectos sempre presentes em estudos sobre

comportamento eleitoral e, sem dúvidas, de grande interesse por parte de candidatos e partidos políticos (NEVES, 2012).

Todas as pessoas possuem crenças, vontades, desejos, motivações e ideologias políticas. Além disso, estão inseridas em determinados contextos sociais e históricos. Entre as motivações que fazem com que uma pessoa decida votar em determinado candidato, certamente está a identificação partidária. Assim, compreender os fatores que influenciam na escolha de um indivíduo por um partido em detrimento a outros, e como isso é decisivo sobre seu voto, é extremamente importante na ciência política e, como não poderia deixar de ser, tema do interesse de candidatos e partidos políticos (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

A identificação partidária é um dos temas mais relevantes em qualquer abordagem que explore o posicionamento individual quanto ao comportamento eleitoral. Contudo, a história recente mostra que a preferência do eleitorado por determinados partidos têm oscilado, a exemplo do que ocorreu com o PSDB na década de 1990, com larga margem de preferência, talvez em função do Plano Real e outras medidas; e, por outro lado, no final da mesma década, a emergência do PT como principal destinatário dos votos a nível nacional. A oscilação na preferência dos eleitores parece estar relacionada a múltiplos fatores, envolvendo especialmente aspectos econômicos e sociais (VIDAL, 2013).

Percebe-se que a identificação partidária, no caso de Ipaumirim-CE não exerce importante influência no voto do eleitor, pois, mesmo com oscilações, não existe uma tendência de estabilização de acordo com os programas partidários. A preferência partidária embora ainda seja muito relevante na concepção do Estado e das políticas públicas, como aspecto do comportamento eleitoral brasileiro deixa muito a desejar. Ou seja, os eleitores não votam pelo partido, Mas, sobretudo pelo candidato. Dessa forma, a tese de Neves (2012) de que as estratégias partidárias para angariar votos tendem a levar em consideração essas e outras variáveis, uma vez que os programas partidários devem nortear as escolhas dos eleitores, embora vislumbre a cena política a nível nacional, parece que não se sustenta no nosso *locus* de pesquisa.

Por isso problematizamos até que ponto, a nível municipal, a questão do partido parece influenciar menos do que o candidato em si? Essa questão procede na medida em que percebemos que muitas vezes é o candidato que, sendo bastante conhecido pela população, acaba por sua liderança levando o eleitorado a depositar

sua confiança naquele que julga realmente capaz de atender às demandas da comunidade. As coalizões formadas pelos partidos, muitas vezes até mesmo fazem com que a filiação partidária do candidato mereça menos atenção por parte do eleitor, uma vez que há uma mistura entre diversas ideologias das diferentes agremiações.

No caso de candidatos à reeleição, certamente exerce influência de maneira marcante a atuação do político no exercício do mandato. No caso do Prefeito Municipal, cada vez mais os eleitores querem ver no seu dia a dia os resultados da gestão política, especialmente quanto à qualidade de serviços básicos e essenciais, como educação e saúde; infra-estrutura e transportes; saneamento básico, políticas públicas, entre outros.

Nesse sentido, tendo em vista, entre outros fatores que influenciam o voto, a identificação partidária do eleitor, sabe-se que existe um grande número de partidos políticos no Brasil, bem como tem se tornado frequente a desfiliação de políticos e a nova filiação a outros partidos. Dessa forma, levando em consideração que no âmbito municipal essa tendência também se verifica, convém analisar em maiores detalhes a questão da quebra de fidelidade partidária.

2.2 MUDANÇA DE PARTIDO: A QUEBRA DE FIDELIDADE

Nesse momento, vale apresentar, em termos gerais, os principais aspectos da mudança de partido caracterizada como infidelidade partidária, atendo-se especialmente às situações em que a mudança de partido pode ser justificada, não ensejando a perda do mandato.

2.2.1 A FIDELIDADE PARTIDÁRIA

A fidelidade partidária pode ser entendida como o dever do candidato eleito em cumprir o mandato no partido pelo qual foi eleito, permanecendo filiado pelo tempo que durar o mandato, devendo ainda cumprir o estatuto do partido e segundo as plataformas eleitorais que concordou e tendo em vista as promessas de campanha tornadas públicas.

Santos (2009) ressalta o protagonismo dos partidos políticos na democracia, destacando que

Na democracia partidária de nosso país, a representação popular não se dá sem a mediação dos partidos, por ser este elemento agregador e da expressão do ideário político dos cidadãos. Não existe a candidatura isolada, então, é necessário que o candidato escolha bem o partido pelo qual vai tentar se eleger, pois o Partido carrega em si todo um ideal que representa determinada parcela da população, razão pela qual a infidelidade não cabe dentro do que se chama política ética e responsável (SANTOS, 2009, p. 44).

Por essa ótica, percebe-se que a infidelidade não é aceita no interior dos partidos, prerrogativa dada pela Constituição da República Federativa do Brasil, a qual determina que cabe ao partido político estabelecer as normas de fidelidade partidária. Contudo, ainda é comum que muitos candidatos simplesmente se aproveitem da legenda com o único objetivo de obter votos e se eleger, sendo de menor importância a forma como isso será feito (BRASIL, 1988).

A princípio, a perda do mandato por motivo de troca de partido não era permitida pela Constituição Federal, a qual vedava a cassação de direitos políticos, estabelecendo taxativamente os casos em que poderia ocorrer, entre os quais não figurava a hipótese da mudança de partido. Entretanto, o texto constitucional também já permitia aos partidos políticos estabelecer as normas de fidelidade partidária, conforme se verifica no artigo 17, parágrafo 1º, ao dispor, nesse sentido, que “é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias”. Esse parágrafo, contudo, foi vetado pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006, ficando com a seguinte redação:

Art. 17. § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária (BRASIL, 1988).

Por fim, a Lei nº 9.096, de setembro de 1995, chamada Lei dos Partidos Políticos, regulamentou o artigo 17 da Constituição, tratando da questão da

infidelidade partidária e da possibilidade de perda do mandato no artigo 26, estabelecendo o seguinte: “perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito” (BRASIL, 1995).

Entretanto, conforme se verá adiante, tal entendimento não se aplica hoje ao mandato do Prefeito, cabendo, então, analisar o entendimento à época na qual se detém o foco principal na presente pesquisa.

O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a fidelidade partidária é a mais legítima alternativa para garantir a seriedade das legendas, pois implica na lealdade do afiliado que se torna candidato à ideologia do partido. A partir desse conceito, se o candidato eleito muda de partido, configura um caso de infidelidade partidária, podendo resultar na perda do mandato no caso de cargos do sistema proporcional, como vereadores, deputados distritais, estaduais e federais (LEAL, 2010).

Pelo princípio da fidelidade, o integrante da bancada de um partido, na Casa Legislativa, deve subordinar sua atuação aos princípios programáticos e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidários, na forma do estatuto do partido. Os filiados somente sofrem punição ou medida disciplinar em razão de conduta tipificada no estatuto partidário, sendo assegurado ao acusado o direito de defesa.

É preciso levar em consideração que os partidos políticos são os verdadeiros protagonistas da democracia representativa, e não os candidatos, uma vez que, sem a necessária filiação, não seria possível registrar a candidatura e concorrer a cargos. A identidade política do candidato, portanto, se verifica por meio de sua vinculação a um partido político. Basta dizer que, em muitos casos, um candidato eleito não o seria se fosse membro de outra agremiação partidária, ressaltando novamente a necessidade do político ser fiel ao partido (SANTOS, 2009).

Tendo em vista a pluralidade de partidos atualmente existente, bem como o fato de muitos políticos mudarem de agremiação partidária com certa frequência, cabe analisar as principais motivações para mudar de partido, principalmente com relação aos detentores de mandatos eletivos que resolvem se filiar a outro partido, deixando àquele que o conduziu ao cargo disputado em eleições.

2.2.2 PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A MUDANÇA DE PARTIDO

A mudança de partido muitas vezes é vista pelos candidatos e detentores de mandatos como uma forma de sobrevivência na política. Dessa forma, transferindo-as para legendas nas quais teriam mais acessos aos meios de poder, mais apoio para alcançar melhores resultados na vida pública, certamente esses políticos reduziram suas incertezas com relação ao futuro político.

Nesse sentido, Santos (2009) lembra que deputados com mais acesso a recursos de poder, por exemplo, tendem a mudar menos de partido, ao passo que deputados sem esse acesso acabam migrando de partido, muito mais que aqueles. Dessa forma, o deputado analisa se a troca de partido para a legenda do governo, por exemplo, pode favorecer maior acesso a recursos e participação nas decisões do poder executivo, levando em consideração a proporcionalidade partidária da distribuição interna do poder, que ocorre no Congresso Brasileiro. Dessa forma, a mudança de partido poderia ser benéfica ao sucesso do candidato junto ao seu eleitorado.

Nesse jogo, os líderes de partidos que detém o poder sobre o processo legislativo atuam no sentido de aliciar novos membros para suas legendas, tendo em vista aumentar a representação na Casa Legislativa e, assim, alcançar maior participação no poder pelo princípio da proporcionalidade partidária. Assim, entre outras razões, a busca de acesso a mais recursos, bem como agremiações capazes de lhes dar melhores condições no cenário político, são motivos que pesam na decisão de políticos que resolvem mudar de partido (OLIVEIRA, 2008).

Os políticos, aos se candidatarem a diversos cargos, geralmente não possuem uma história política intimamente relacionada a ideais partidários, com algumas exceções em que os candidatos já iniciam sua vida política em defesa de um ideal e nele insistem por toda sua trajetória. Entretanto, nesse cenário de maioria de candidatos sem vínculo ideológico, os partidos tem a importante função de criar legendas que busquem atender aos interesses do eleitor, mobilizando a sociedade em torno de uma determinada ideologia. Dessa forma, os candidatos que chegam ao poder através de um determinado partido, devem agir de acordo com os ideais da respectiva agremiação, pois é exatamente através dos candidatos eleitos que a sociedade espera obter a solução de problemas compreendidos no programa partidário (SANTOS, 2009).

A pluralidade partidária atual encerra, como é óbvio, uma grande variedade de posições, opiniões de direita, de esquerda, de centro, algumas vezes de maneira bem clara ao eleitor, mas em alguns partidos de maneira mista e confusa, talvez na intenção de atender a uma fatia mais ampla do eleitorado. A identificação do eleitor com o candidato e com o partido chegam a se confundir, principalmente quando se trata de candidatos já bem conhecidos que, mesmo mudando de partido, continuam obtendo a preferência da população (RODRIGUES, 2009).

A mudança injustificada de partido pode resultar em punições ao desertor, uma prerrogativa da Constituição Federal aos partidos políticos. Contudo, existe algumas hipóteses em que a desfiliação do detentor de mandato não perde o direito de exercê-lo, sendo analisadas a seguir.

2.2.3 DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA POR JUSTA CAUSA

A justa causa para pedido de desfiliação partidária foi consignada através da Resolução do Tribunal Superior (TSE) Eleitoral nº 22.610, de 25 de outubro de 2007. O mesmo dispositivo também determinou a possibilidade de perda do cargo eletivo para o detentor que decide se afastar do partido sem justa causa. De acordo com a norma, as hipóteses em que o candidato eleito permanece no direito de exercer o mandato são: incorporação ou fusão do partido; criação de um novo partido; mudança relevante ou desvio do programa partidário; grave discriminação pessoal (BRASIL, 2007).

Essas hipóteses são brevemente apresentadas, para evidenciar em maiores detalhes as circunstâncias em que podem configurar a justa causa para a desfiliação partidária do candidato eleito, isto é, sem resultar na perda do mandato.

A primeira hipótese, incorporação ou fusão do partido, de acordo com a referida Resolução do TSE, permite que o candidato eleito comprove que o Partido ao qual era filiado fundiu-se ou foi incorporado a outra agremiação. Isso porque, sem dúvidas, a fusão ou incorporação altera a estrutura do partido pela qual o detentor do mandato foi eleito, não cabendo exigir do mesmo que venha a concordar e aderir a uma nova formação, penalizando-o com a perda do mandato eletivo. Além disso, a Lei dos Partidos Políticos estabelece que o registro do partido que se incorpore ou venha a se fundir a outro será cancelado, de novo que, frente ao cancelamento do registro, deixa de existir a estrutura partidária à qual era vinculado o candidato eleito,

passando automaticamente a estar filiado a uma nova agremiação que, além de possuir um novo programa e estatuto, deve se submeter a um novo registro no Ofício Civil e no TSE (BRASIL, 1995; BRASIL, 2007).

A segunda hipótese para justa causa de desfiliação partidária é a criação de um novo partido. Dessa forma, partindo do entendimento de que as pessoas se filiam a partidos políticos porque se coadunam com um conjunto de ideias e pensamentos que poderão ser aplicados com vistas a determinadas mudanças sociais, o TSE permitiu que o surgimento de um novo partido, por despertar em muitos cidadãos já filiados a outros partidos, deveria estar entre as hipóteses da justa causa para desfiliação partidária. Além disso, o TSE almejou viabilizar a criação de novas agremiações partidárias com programas capazes de atrair políticos experientes e detentores de mandatos. Dessa forma, o detentor do mandato pode deixar o antigo partido e se transferir para o partido criado recentemente, mantendo o direito de exercer o mandato (ACCIOLY, 2009).

Outra hipótese de desfiliação partidária por justa causa, definida em Resolução do TSE, foi a mudança substancial ou o desvio do programa partidário. Nesse caso, quando as agremiações partidárias promovem significativas alterações em sua filosofia partidária, em um curto espaço de tempo, os detentores de mandato eleitos pela agremiação podem solicitar mudança de partido sem incorrer em risco de perda do mandato. Será preciso comprovar a significativa mudança de orientação programática do partido, sendo que essa hipótese de justa causa está amparada na necessidade de preservar o voto do eleitor e o mandato conferido pelo povo que, não somente pertence ao candidato, mas também ao partido que o acolhe (BRASIL, 2007).

Por fim, outra hipótese criada na Resolução TSE nº 22.610/2007 é a grave discriminação pessoal. Nesse caso, levando em consideração que se trata de uma possibilidade subjetiva, que pode ser reiterada por meio de situações bastante diversas, torna-se mais difícil determinar, com certeza, as ocorrências de discriminação pessoal grave de detentor de mandato no interior do próprio partido que o acolheu. Entretanto, tendo em vista que a perseguição política dos partidos sobre algum de seus membros, dificultando a manutenção do filiado na agremiação, é uma possibilidade real, era necessário proteger o mandato do candidato eleito vítima do próprio partido. A quebra de confiança entre a agremiação e o filiado,

nessa hipótese, é provocada pelo próprio partido, não cabendo a punição do detentor do mandato (BRASIL, 2007; ACCIOLY, 2009).

CAPÍTULO 3

GOVERNABILIDADE E EXERCÍCIO DO PODER EM IPAUMIRIM-CE

Durante mais de duas décadas, dois partidos políticos e apenas dois governantes se alternaram no comando do executivo municipal de Ipaumirim-CE. Foram os prefeitos: Luiz Alves de Freitas e José Miraneudo Linhares Garcia. O primeiro, natural de Ipaumirim, é membro de família tradicional e engenheiro civil. Já o segundo, natural do vizinho município de Lavras da Mangabeira, médico, genro de um ex-prefeito de Ipaumirim, Nildo Fernandes, conquistou o apoio da população através do exercício da profissão, nas duas oportunidades em que foi eleito prefeito de Ipaumirim.

Luiz Alves de Freitas foi prefeito de Ipaumirim por quatro vezes: de 1982 a 1987; de 1992 a 1995; de 2000 a 2004; e de 2005 a 2008. Já José Miraneudo Linhares Garcia, foi eleito prefeito do município por duas vezes: de 1988 a 1991; e de 1996 a 1999. Percebe-se, já de início, que houve uma alternância desses gestores no comando do Executivo Municipal.

De acordo com informações do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o primeiro a se eleger prefeito foi Luiz Alves de Freitas, nas eleições de 15 de novembro de 1982, com o apoio de José Miraneudo Linhares Garcia, sendo que na época ambos eram filiados ao Partido Democrático Social (PDS), fundado em 1980 após o fim do bipartidarismo. O opositor foi Miguel Cairo Arruda. Como não era permitida a reeleição, nas eleições de 15 de novembro de 1988, Luiz Alves de Freitas apoiou José Miraneudo Linhares Garcia, que ganhou o pleito contra a candidata Maria Alda Vieira Lisboa, do PMDB. O prefeito eleito já era filiado ao PFL, o atual DEM.

Em 1992, José Miraneudo rompeu com Luiz Alves, que lançou candidatura independente pelo PDC, derrotando a oposição representada pelo candidato Jarismar Gonçalves, do PMDB, que foi apoiado por José Miraneudo. Governando até 1995, Luiz Alves foi novamente substituído por José Miraneudo, já filiado ao PSDB, que concorreu com Salete Vieira, do PSD, esta, por sua vez, apoiada por Luiz Alves. Doutor Miraneudo, como ficou conhecido, governou até 1999.

O primeiro e único enfrentamento direto entre os dois líderes políticos ocorreu no ano 2000, tendo sido possível, em virtude da aprovação da reeleição no Brasil

para cargos do executivo em 1997, através de uma emenda constitucional. No enfrentamento direto, venceu o pleito Luiz Alves, pelo PSD, sendo que Miraneudo (PSDB), desde então, não mais voltou a disputar eleições como candidato.

Luiz Alves de Freitas, governou por dois mandatos sucessivos, com um período total estendendo-se de 2000 a 2008, uma vez que, ao se afastar da disputa direta, o ex-prefeito José Miraneudo apoiou, nas eleições de 2004, o candidato José Geraldo dos Santos, pelo PSDC, ex-vereador do município, que perdeu o pleito para Luiz Alves de Freitas, então filiado ao PSDB. Ao término do mandato, não voltou a concorrer diretamente para o cargo de prefeito.

É precisamente sobre o terceiro mandato de Luiz Alves de Freitas (2004-2008) como Prefeito Municipal de Ipaumirim que se detém a presente pesquisa, uma vez que foi nesse período que o gestor, filiado ao PSD, optou pelo PSDB, curiosamente o mesmo partido de seu principal rival. No curso do mandato, que se estendeu de 2000 a 2004, ocorreu a mudança de partido, a qual buscamos analisar se caracterizou infidelidade partidária. Ao mesmo tempo, no intuito de verificar as relações entre a ideologia programática do partido político e a gestão política municipal traduzida em práticas, voltamos atenção especial à conduta do referido gestor, enquanto filiado ao PSD e, posteriormente, ao PSDB, bem como enfatizamos as semelhanças e divergências entre as gestões de ambos os governantes.

Quatro cidadãos do município, além do ex-prefeito Luiz Alves de Freitas, concordaram em participar do estudo, respondendo às perguntas do questionário. Os dados coletados foram analisados através de métodos qualitativos simples, com um posicionamento crítico quanto aos achados e apoiando as discussões com base nas principais opiniões de diversos autores da literatura correlata.

Esse capítulo está dividido em duas partes. A primeira aborda, brevemente, alguns aspectos do município e apresenta as formas de governabilidade verificadas em Ipaumirim, a partir das informações levantadas com a pesquisa, evidenciando as aproximações e divergências nas formas de governabilidade. Já a segunda parte aborda as representações da comunidade, através dos participantes que expressaram opiniões no presente estudo, acerca da gestão política. Além disso, é analisada a questão da mudança de partido pelo então prefeito Luiz Alves de Freitas, discutindo brevemente acerca da possibilidade de infidelidade partidária e motivações para escolha de um partido político em particular.

Para melhor apresentar os resultados da pesquisa, foram criadas categorias de análise segundo o aspecto investigado em cada item do questionário, evidenciando os posicionamentos dos participantes da pesquisa, as opiniões da literatura e as discussões desenvolvidas.

3.1 FORMAS DE GOVERNABILIDADE: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

O Município cearense de Ipaumirim está localizado na microrregião de Lavras da Mangabeira, na mesorregião do Centro-Sul Cearense, com população de 12.009 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A distância entre o município e a capital cearense Fortaleza é de 420 quilômetros, possuindo, além da sede, os distritos Felizardo, Canaúna e Aroeira. Os municípios limítrofes à Ipaumirim são Baixio, Aurora e Lavras da Mangabeira, no Ceará, e Cachoeira dos Índios e Bom Jesus, no vizinho Estado da Paraíba (IBGE, 2010).

O município de Ipaumirim possui indústrias e comércio local bem desenvolvido, sendo que a economia local se baseia também na agricultura, pecuária e relações comerciais com outros municípios.

Quanto ao aspecto político, conforme já ressaltado, o município foi historicamente marcado por uma polarização entre dois partidos, dois governantes que se alternaram por décadas no poder, dividindo as opiniões da comunidade e influenciando profundamente no desenvolvimento local.

Isso porque, cada governante mostrou-se dedicado a um determinado setor, atendendo a certas demandas em detrimento a outras, marcando sua trajetória no executivo municipal, por exemplo, pela maior atenção à infraestrutura e obras, ou investimentos em saúde e educação.

As formas de governabilidade de cada governante foram descritas pelos sujeitos deste estudo, a partir das próprias convicções de cada um.

Entre os 5 participantes da pesquisa, escolhidos pela filiação partidária, dois afirmaram ser funcionários públicos, um médico, um psicólogo e um engenheiro civil. Para preservar a identidade dos participantes, foram omitidos os nomes, utilizando a letra “P” seguida de números (ex: P1 = participante 1).

3.1.1 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Com relação à filiação partidária, apenas um participante informou não ser filiado a qualquer partido político, enquanto os demais estão divididos entre o PT e o PSDB. Nenhum entrevistado relatou filiação ao PSD, fato que pode ser explicado pela extinção do partido e criação de uma nova legenda apenas recentemente.

Com relação ao tempo de filiação partidária, observa-se em um dos casos, um longo período:

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, há oito anos. (P1)

Sim, PT, desde 1987, ou 29 anos. (P3)

Sim, ao PT, há dois anos. (P4)

Um dos participantes relatou filiações anteriores ao PT e ao PPS, sendo que atualmente não se encontra filiado a nenhum partido. Outro entrevistado afirmou ter sido filiado ao PMDB, tendo mudado de partido a convite do presidente da legenda em Ipaumirim e, inclusive, exercendo o cargo de presidente na agremiação. Outros participantes da pesquisa não informaram as motivações para a escolha dos partidos e informaram não ter exercido funções enquanto membros das agremiações.

Nesse sentido, conforme ressalta Santos (2011), a ascensão da democracia a partir do movimento das Diretas Já, em 1989, fez com que os partidos políticos surgissem em número crescente, apresentando ideologias e propostas de governo próprias, de modo a atrair a filiação de pessoas que desejem se lançar candidatos, ou simplesmente fazerem parte de uma agremiação partidária. O PMDB e o PSDB são dois partidos que a partir da década de 1990 atraíram grande número de filiados e alcançaram muitos cargos em todo o país, provavelmente de políticas que estabilizaram a economia. Contudo, o avanço do Partido dos Trabalhadores, por seu turno atraiu grande número de filiados, a exemplo dos participantes do presente estudo que, nesse quesito, apontaram esses três partidos em suas falas.

É importante levar em consideração, ainda, que quanto aos partidos políticos e aos representantes do povo, são estes que direcionam a preferência das pessoas que desejam se filiar a uma agremiação partidária. Muitas vezes, a escolha se dá pelos líderes e não pela ideologia do partido.

3.1.2 PERCEPÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS PSD E PSDB

Alguns itens do questionário buscaram obter respostas acerca da gestão dos partidos políticos, através dos governantes a eles filiados e eleitos pelo povo enquanto representantes dessas agremiações. A princípio, nessa categoria, os participantes responderam à seguinte pergunta: *de um modo geral, como você avalia a gestão municipal do PSD, no governo Luiz Alves de Freitas?* As principais respostas são transcritas abaixo:

Voltada para a saúde, implantação do Programa Saúde da Família e construção de açudes na zona rural. (P1)

Um desastre, não fez muita coisa. Não priorizou políticas de base, saúde e educação, entre outras. (P2)

O ex-prefeito Luiz Alves sempre teve uma vocação para empreendimentos físicos, como construção de prédios e feitura de calçamento, até mesmo pelo fato dele ter formação acadêmica na área de Engenharia Civil. Essa preferência colocou em situação deficitária muitas políticas públicas, como a saúde e a educação. Esporte e cultura também foram penalizados de forma contundente nesse período. (P4)

Foi a melhor gestão que ele fez. (P5)

É possível observar que as opiniões divergem, sendo que, enquanto alguns participantes consideram a gestão satisfatória, atendendo às necessidades na área da saúde e da infraestrutura, por exemplo, outros entrevistados afirmam que a gestão foi “um desastre”. Contudo, destaca-se, de acordo com os depoimentos, que o gestor priorizou obras, tendo viabilizado muitas construções, ao passo que políticas públicas essenciais receberam menor importância.

Segundo destaca Grohmann (2009), é comum que os eleitores simplesmente não se lembrem de muitos aspectos das gestões dos governantes, até mesmo o candidato a vereador no qual votaram, ou as propostas de governo do prefeito eleito, ou até mesmo as alianças partidárias. Esse comportamento reflete a realidade da maior parte da população que, ao avaliar a gestão de um governante, frequentemente se deixam levar por aspectos superficiais e preferências pessoais.

Inclusive, ao solicitar dos participantes uma opinião acerca da gestão do PSD em Ipaumirim, é inevitável que os entrevistados considerem toda a trajetória política do governante, e não apenas o período da gestão enquanto membro do partido em questão, uma vez que, pelo que percebemos, o partido em si e a filiação do governante não são considerados como fundamentais na fala dos entrevistados.

Outro questionamento apresentado aos entrevistados indagou o seguinte: *qual a principal marca da gestão do PSD nesse período?* Observa-se, principalmente, conforme os depoimentos transcritos a seguir, a menção à obras de infraestrutura.

Construção do hospital Maria José dos Santos e Fórum Dr. Jäder Nogueira Santana. (P1)

Não tem. (P2)

O legado do PSD foi a estrutura física do município. Até hoje nenhuma gestão conseguiu os feitos realizados por Luiz Alves, vale lembrar que ele foi eleito quatro vezes. (P3)

A saúde – cirurgias eletivas de médio porte eram realizadas no hospital do município. (P4)

Fica claro, a partir das respostas dos participantes, que a questão da infraestrutura foi priorizada pelo governo do PSD em Ipaumirim. Contudo, um dos participantes ressalta o investimento na área da saúde, quando cirurgias de médio porte chegaram a ser realizadas no hospital do Município, ao passo que atualmente procedimentos cirúrgicos não mais são realizados no hospital municipal, sendo referenciados para outros municípios.

É interessante notar, segundo expressam os autores Nakaguma e Bender (2010), que os eleitores entendem de maneira positiva ou negativa os gastos públicos efetuados em diferentes épocas do mandato. As formas como são aplicados os recursos também refletem na percepção dos eleitores e da comunidade, que apontam certos investimentos como meramente eleitoreiros, ao passo que outros, considerados de maior urgência pela comunidade, acabam sendo postergados.

Ainda buscando analisar as prioridades do governante eleito pelo PSD, os participantes responderam à seguinte pergunta: *quais as prioridades no programa de governo do PSD, na gestão Luiz Alves de Freitas?* Conforme demonstram as

respostas dos entrevistados, parece sobressair a questão da infraestrutura, sendo que alguns posicionamentos divergem dessa opinião.

Educação, construção de vinte e duas (22) escolas, implantação de creches e construção de passagens molhadas na zona rural. (P2)

Sempre em toda história política nesses últimos 40 anos, não houve programa de governo, houve programa de poder. Houve um grupo político hegemônico no poder. (P3)

Como já frisei antes, apenas a parte da infraestrutura. (P4)

Saúde. (P5)

Entre as respostas, destaca-se um dos entrevistados que apontou a existência de programas de poder, numa disputa que deixou à margem da gestão política as prioridades da comunidade.

Quanto a esse aspecto, cabe ressaltar o posicionamento de Accioly (2009), afirmando que a crescente situação de crise no país tem demonstrado cada vez mais o uso das siglas partidárias em benefício próprio dos candidatos. Assim, os governantes acabam esquecendo ou ignorando os ideais de seu partido, surpreendendo até mesmo aos eleitores que esperavam uma atuação pautada em determinada ideologia. Atuando dessa maneira, os candidatos constroem uma imagem própria, de maneira independente do partido ao qual está filiado, que fica em segundo plano nas eleições.

Por outro lado, uma pergunta do questionário buscou analisar as percepções dos entrevistados acerca da gestão do outro partido: *qual a principal marca da gestão do PSDB nesse período?* Duas respostas se destacaram entre as demais, sendo transcritas:

Saneamento, pavimentação, educação, assinatura com a universidade da cidade de Cajazeiras – PB, para os professores terem acesso ao nível superior. (P2)

Apesar de ser médico, não realizou nenhum investimento na estrutura do hospital da cidade. Em razão disso, a saúde do município continua a esperar em outros municípios o que o município de origem não oferece. O açude trapiá era um grande projeto de infraestrutura para a região que compreende vários municípios como: Ipaumirim, Baixo e Umari. Naquela época, uma barragem seria construída para abastecer todo o município de Ipaumirim, Baixo e Umari. Por ingerência política, acabou sendo construída no município de Umari, mesmo não sendo uma aspiração desse município. (P3)

Nesse depoimento que se destaca, observa-se que, além da aparente contradição existente entre ser médico e não investir na saúde dos munícipes, caso do ex-prefeito José Miraneudo, o então gestor não manifestou interesse por dar continuidade ao projeto que previa a construção de um açude no território do município, o qual deveria abastecer, além da população ipaumirinense, os municípios vizinhos de Baixio e Umari.

Assim, por ingerência política do então gestor, sabendo-se que nas proximidades da região onde deveria ser construído o açude, tratava-se de um reduto eleitoral da oposição, a obra acabou sendo realizada no território de outro município.

Teixeira (2011) lembra, com relação às atribuições do Prefeito Municipal, que existe o caráter administrativo e governamental. Dessa forma, o Prefeito dirige os negócios públicos e administrativos para concretizar atividades executivas.

Com relação à principal marca da gestão, conforme o item do questionário respondido pelos participantes, cabe ressaltar que o gestor deve ser competente o bastante para identificar as reais necessidades da comunidade, zelando pela mais eficiente aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, Carvalho (2009) lembra que mudanças tem acontecido a nível global e os prefeitos municipais devem se adaptar às novas necessidades que surgem no contexto dessas transformações, buscando atender de maneira racional e legal aos anseios da população.

Por fim, o último item analisado nessa categoria apresentou aos participantes o seguinte questionamento: *quais as prioridades no programa de governo do PSDB, na gestão Dr. José Miraneudo Linhares Garcia?* As falas dos participantes demonstram, segundo as percepções de cada um, as prioridades dos gestores:

Educação, construção do Centro de Treinamento dos Professores José Holanda, na Vila São José. (P2)

Nenhuma. (P3)

O ex-prefeito José Miraneudo, por ser médico, deu atenção a esse setor, e foi possível também ver uma melhoria na educação. (P4)

Os relatos apontam que, possivelmente, a educação e a saúde foram priorizadas nessa gestão, ao passo que, conforme já mencionado, a questão da infraestrutura não recebeu a mesma atenção. Contudo, um dos participantes afirmou que não houve nenhuma prioridade na gestão em comento.

Nesse sentido, tendo em vista as necessidades da população e a atribuição do Prefeito Municipal de atender a essas demandas, através da confiança depositada pelo povo, é preciso que o gestor seja capaz de alocar os recursos nos setores estratégicos mais adequados aos anseios da coletividade.

Em relação a essa compreensão, Pires *et al.* (2013) defendem que é preciso valorizar o resgate da cidadania, o perfil mais ativo enquanto gestor municipal, a aproximação com a população e a correspondência entre as ações governamentais e as demandas sociais e políticas públicas.

Com isso, observa-se que, possivelmente, o gestor José Miraneudo tenha alocado mais recursos para serviços essenciais nas áreas da educação e da saúde, conseqüentemente, sendo menos ativos quanto à realização de obras de infraestrutura.

3.1.3 MUDANÇA DE PARTIDO E INFLUÊNCIA NA GESTÃO POLÍTICA

O prefeito Luiz Alves de Freitas mudou de partido em 11 de setembro de 2003, no penúltimo ano do seu terceiro mandato. Originalmente filiado ao PSD, o partido foi fundido ao PTB, manobra anunciada no fim de 2002 com o objetivo de evitar a perda de direitos políticos a partir de 2003, em função de mudança na legislação eleitoral que previa diversas restrições aos pequenos partidos políticos, ou seja, aqueles que não alcançassem certa proporção de votos para a câmara dos deputados, teriam a cota do fundo partidário reduzida, bem como o tempo em programas eleitorais na televisão.

Realizada a fusão entre os dois partidos, a nova sigla permaneceu denominada PTB, sendo que o então prefeito Luiz Alves de Freitas foi automaticamente filiado ao novo partido. Em 2003, se deu sua filiação ao PSDB.

No entanto, a mudança não configurou infidelidade partidária, uma vez que, como vimos acima, a fusão entre partidos é uma das hipóteses previstas na legislação eleitoral, que enseja a possibilidade de mudar de partido sem caracterizar a quebra de fidelidade. Isso porque, devido à fusão, surge uma nova agremiação

com nova ideologia, programas de governo e correntes de pensamento que podem divergir da trajetória política do detentor de mandato eletivo que, ao não mais se sentir acolhido na agremiação, busca filiar-se a um outro partido que seja mais coerente com suas aspirações.

Além disso, caso a mudança de partido por parte do então prefeito de Ipaumirim configurasse infidelidade partidária, nem assim haveria possibilidade de perda de mandato, uma vez que a legislação atual, por meio de entendimento da jurisprudência e em função de Resolução do TSE, já decidiu nesse sentido.

Observa-se que a mudança de partido do Prefeito, do PSD para o PSDB, ocorreu antes da Resolução 22.610/2007 do TSE, que elencou as hipóteses legais em que o candidato eleito poderia mudar de partido sem perder o mandato, entre as quais, a fusão do partido a outra agremiação. A Lei 9.096/1995, Lei dos Partidos Políticos, já havia estabelecido a prerrogativa do partido quanto à questão da infidelidade partidária, mas faltava respaldar o candidato perante o partido.

Diante dos frequentes embates nesse sentido, a referida Resolução do TSE veio com o objetivo de estabelecer, entre outras questões, as hipóteses em que o candidato, mesmo mudando para outro partido, não perderia o mandato.

Além disso, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a regra da perda de mandato em favor do partido não se aplica aos cargos majoritários de eleição, como prefeito, governador, senador e presidente da república, ou seja, a aplicação dessa regra é reservada aos cargos do sistema proporcional, o caso dos vereadores e deputados estaduais, distritais e federais.

3.2 REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE A GESTÃO POLÍTICA

Os depoimentos dos participantes demonstraram as percepções da comunidade a respeito da gestão política, oportunidade em que foram destacadas as opiniões sobre as características que marcaram a gestão de cada governante, se houveram diferenças ou semelhanças, entre outros aspectos.

Assim sendo, são particularizadas duas questões principais, formando categorias que abrangem alguns itens do questionário: as percepções e expectativas sobre a gestão política nos governos vindouros, face às necessidades da comunidade; e os critérios dos eleitores para escolherem seus representantes.

3.2.1 PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE A GESTÃO POLÍTICA

Nessa categoria, são tratadas as percepções dos participantes a respeito das expectativas com relação às gestões políticas do passado e as mudanças que são necessárias nas futuras gestões.

Nesse sentido, um item do questionário respondido pelos entrevistados questionou o seguinte: *na sua opinião, quais as principais diferenças entre a gestão do PSDB e PSD em Ipaumirim?* Interessante notar que, entre os depoimentos, foi mencionada a histórica divisão entre pobres e ricos, entendimento segundo o qual alguns governantes favorecem os mais ricos, enquanto outros se dedicam a atender às necessidades dos mais pobres.

Gestão José Miraneudo, voltada para os elitizados, assistidos os mais ricos. Luiz Alves voltado para o social, os mais pobres, governo popular, com assistência à saúde e construção de postos de saúde nos distritos. (P2)

Nenhuma. (P4)

Eminentemente a diferença básica foram os focos de cada um. Enquanto o primeiro visou a infraestrutura, o segundo deu preferência maior à saúde. (P5)

Observa-se que a principal diferença entre as gestões foi o foco de uma na infraestrutura, ao passo que outra enfatizou a prestação de serviços públicos essenciais. Entretanto, é possível observar posicionamentos diversos, apontando que não houve diferença significativa entre as duas gestões, ou que um governante foi mais atencioso com a elite, ao passo que outro realizou mais ações para beneficiar os mais pobres.

Novamente, segundo o pensamento de Grohmann (2009), já mencionado nessa discussão, ainda é comum entre a maior parte dos eleitores, não lembrar as alianças entre partidos nas eleições passadas entre os candidatos a prefeito, ou o programa de governo que o candidato eleito apresentou. Nos últimos anos, tem ocorrido uma personalização da política, na qual os partidos assumem o segundo plano da disputa eleitoral, enquanto as figuras dos candidatos ficam em posição de destaque.

É interessante notar que, assim sendo, a ideologia partidária e as propostas de governo dos partidos ficam em segundo plano, pois os eleitores se baseiam mais

nas características pessoais do candidato do que na influência do partido nas suas práticas de governo. Por outro lado, os meios de comunicação acabam influenciando ainda mais a formação de opiniões muitas vezes distorcidas, como por exemplo: se certo número de membros em um determinado partido político são reconhecidamente corruptos, a influência midiática contribui para que a opinião pública a corrupção como uma prática generalizada entre a maioria dos membros do referido partido.

O grau de proximidade entre o governante e a população certamente influencia nessas opiniões.

Outra pergunta do questionário foi a seguinte: *com relação à gestão Luiz Alves de Freitas no PSD e no PSDB em Ipaumirim, você percebeu diferenças? Quais?* É possível perceber, de acordo com as respostas, que os participantes da pesquisa não identificaram nenhuma diferença na gestão do prefeito, quando filiado ao PSD e, posteriormente, filiado ao PSDB.

Nenhuma, pois continuou com a mesma política, saúde, construção de açudes, passagens molhadas, postos de saúde. (P1)

Não. (P3)

Não houve diferença de pensamento e nem de ação. (P4)

Interessante notar que, o então gestor escolheu se filiar justamente ao PSDB, partido de seu rival José Miraneudo, que não voltou a disputar eleições em Ipaumirim e passou a atuar somente apoiando candidatos de oposição ao ex-prefeito Luiz Alves de Freitas.

Assim, é possível concluir que a atuação de Luiz Alves de Freitas como gestor não foi modificada em função da mudança de partido, ou seja, a ideologia partidária e o programa de governo não influenciaram na gestão política, que se manteve com as mesmas características em ambos os partidos.

Com relação às motivações do gestor, é importante ressaltar que à época ocorreu a fusão entre o PSD e o PTB, dando justa causa à desfiliação partidária. Contudo, é interessante notar que, entre tantos partidos, o gestor escolheu o PSDB.

Sobre esse assunto, Santos (2009) lembra que quando os detentores de mandatos possuem maior acesso a recursos, através de alianças e uma estrutura partidária ampla e consolidada, tendem a mudar menos de agremiação partidária, ao

passo que, ao se sentirem em condições desfavoráveis, acabam decidindo migrar para outro partido. Além disso, quando se candidatam pela primeira vez, os políticos ainda não possuem uma trajetória e muitas vezes são filiados a partidos pequenos. Após conquistar apoio popular, tendem a buscar filiação a partidos maiores.

Obviamente não se sentindo acolhido no PTB, o gestor decidiu se filiar ao PSDB em 2003, permanecendo nesse partido até a realização da presente pesquisa.

Os entrevistados responderam ainda ao seguinte questionamento: *quais as suas expectativas para as futuras gestões em Ipaumirim?* Nesse ponto, a maior parte dos participantes deixou claro não nutrir expectativas positivas com relação ao futuro político do município, ressaltando principalmente a polarização entre dois políticos tradicionais como fator de atraso, prejudicando as melhorias que poderiam ser trazidas ao município pela atuação de novos políticos.

Construir um reservatório para abastecimento da água na cidade que tanto necessita. Saneamento básico, construção de redes de esgoto. (P1)

Nenhuma, enquanto perdurar esse sistema político. (P2)

A continuar com a premissa da polarização entre as duas correntes políticas existentes, não é possível vislumbrar um futuro promissor. (P3)

Se continuar com essas duas correntes que estão no momento, não acredito em mudança e com isso não crio expectativas. (P4)

Observa-se, pois, percepções negativas com relação ao futuro político do município, uma vez que, de acordo com os relatos transcritos, quando um governante é substituído por outro, tem sido historicamente um membro do grupo tradicional opositor, gerando uma polarização que tem se perpetuado há décadas, fazendo com que muitas pessoas da comunidade deixem de acreditar nas melhorias que podem ser implementadas por futuros governos.

Nesse sentido, Augusto e Gomes (2015) ressaltam que a conjuntura atual do processo eleitoral e da política no país tem minado as esperanças dos eleitores, uma vez que a substituição de governantes por outros não tem surtido efeitos positivos com relação aos anseios da população. Observa-se que serviços essenciais, como segurança pública, saúde e educação, recebem investimentos

insuficientes, ao passo que a população tem crescido e as necessidades têm aumentado.

Dessa forma, no âmbito municipal investigado no presente estudo, as mudanças que ocorreram entre as gestões dos governantes foram superficiais, tanto que nem chegaram a ser mencionadas. Diante dessa evidência, as perspectivas para o futuro praticamente não existem nas falas dos entrevistados, demonstrando a descrença na mudança por meio de futuros governos municipais.

O item seguinte do questionário foi uma questão de múltipla escolha, apresentando aos entrevistados algumas opções acerca das medidas a serem tomadas pelos futuros governantes: *para você, futuros prefeitos de Ipaumirim, após eleitos, devem: continuar com todas as políticas da atual administração; mudar algumas e continuar com a maioria das políticas da atual administração; continuar algumas e mudar a maioria das políticas da atual administração; mudar todas as políticas da atual administração.* As respostas concentraram-se principalmente na necessidade de mudança das políticas da atual administração:

Continuar com todas as políticas da atual administração. As políticas públicas deverão ser executadas independente de quem seja o gestor. Quando se fala em políticas públicas falamos em saúde, educação, habitação e assistência social. Portanto é essencial que sejam mantidas todas elas [...]. (P1)

Continuar algumas e mudar a maioria das políticas da atual administração. (P2)

Mudar todas as políticas da atual administração municipal. Todos executam projetos de poder, não para melhoria do bem público. (P3)

Mudar todas as políticas da atual administração municipal. Elas (**as políticas**) já provaram que não conseguem fazer um avanço mais célere do município. Há questões como a cultura, o lazer e o esporte, por exemplo, que não são dadas como prioridades e isso contribui para o quadro de pouco desenvolvimento nesses setores, que acabam sendo reflexos também de erros históricos nas demais políticas públicas, como a educação e a saúde. (P4)

Foi possível observar que os participantes, apesar de não se posicionarem com objetividade sobre as expectativas para o futuro político do município, entendem que há uma necessidade de mudança na gestão municipal, uma vez que muitas prioridades da comunidade deixam de ser atendidas. Por outro lado, um dos

participantes ressaltou que todas as políticas da atual administração devem ser mantidas.

Segundo expressam Augusto e Gomes (2015), muito influencia na opinião dos eleitores a falta de conhecimento sobre a política partidária e as atividades do poder público. Muitas vezes, o eleitor espera do candidato eleito muito mais do que realmente está no controle do gestor municipal realizar. Contudo, as opiniões dos eleitores sempre representam um termômetro importante para os candidatos na disputa eleitoral.

Enfim, nessa categoria de análise ficou evidente que não houveram diferenças entre a gestão política do PSD e PSDB em Ipaumirim, uma vez que a atuação do gestor manteve-se inalterada, não sofrendo influências por parte da ideologia da nova agremiação, quando da mudança de partido político. Além disso, foi possível observar que os entrevistados compreendem os erros cometidos pelos gestores públicos municipais, ressaltando que existe necessidade de mudança.

3.2.2 CRITÉRIOS DOS ELEITORES NA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES

No que diz respeito aos critérios dos eleitores na escolha dos representantes, segundo as opiniões dos participantes da presente pesquisa fizemos o seguinte questionamento aos entrevistados: *na sua opinião, o eleitor de hoje vota baseado em que critérios?* As principais respostas são transcritas a seguir:

Parte dos eleitores, votam por benefícios e outros pela pessoa, conceito, caráter. (P1)

O eleitor não usa dos critérios corretos para manifestar seu voto. A maioria quase que absoluta do eleitorado de Ipaumirim vota na pessoa do candidato e nunca na sua plataforma de campanha e no seu programa de governo. (P3)

A grande maioria não tem critérios. (P4)

Os depoimentos revelam que o eleitor é motivado principalmente pela figura do candidato, por benefícios próprios, como certos favores pessoais; e também pelo caráter do político, não havendo referência à questão da ideologia partidária. Contudo, outras opiniões ressaltam que a maioria dos eleitores não se baseia em

critérios objetivos para votar nos candidatos, sendo que dificilmente as propostas de governo e a plataforma da campanha são levados em consideração.

Nesse sentido, segundo coloca Rodrigues (2009), é importante que a população tenha acesso a informações, lições de cidadania, direitos e deveres, ao mesmo tempo em que os candidatos estejam perfeitamente instruídos acerca das regras eleitorais. Esses requisitos são fundamentais para o aperfeiçoamento da democracia, entendida como oportunidade de todos os cidadãos em uma sociedade de participarem livremente a escolha dos representantes, com consciência eleitoral e partidária.

Dessa forma, entende-se que os critérios do eleitor para escolher seus governantes depende muito da forma como é conduzido o processo eleitoral, de como se portam os candidatos e do conhecimento tanto da população quanto dos candidatos sobre os direitos e deveres de cada um. E uma questão que se sobressai na análise de dados da pesquisa, como já dito é a relegação dos partidos como critério de eletividade a um plano secundário. Vale salientar que esta concepção personalista da política no Nordeste legitimou, a ideia de atraso político e o chamado sistema coronelista, como defende LEAL (1948) e FAORO (Ano), entre outros. Para averiguar essa problemática, o último item do questionário foi o seguinte: *o senhor acha que as pessoas votam pelo partido ou pela pessoa dos candidatos? Por que?* As respostas demonstram que todos os participantes do presente estudo concordam que os eleitores votam, principalmente, na pessoa do candidato, e não em suas propostas ou programa de governo.

No interior, os eleitores votam na pessoa, devido a maior aproximação e que todos se conhecem, sempre fazem qualquer tipo de favor.

Pessoa dos candidatos. Porque ao longo da minha pequena trajetória política, eu não vejo ninguém saber de projeto político de nenhum candidato. Isto é triste.

Lamentavelmente, como já afirmei acima, vota na pessoa. Isso se dá pela falta de politização dos cidadãos, que soma-se a um município pequeno onde as relações afetivas das famílias são muito intensas e imbricadas historicamente.

A grande maioria pelo candidato.

É possível observar que alguns participantes chegam a lamentar a falta de critérios dos eleitores ao escolherem seus representantes, pois, ao votarem simplesmente pela pessoa dos candidatos ou em função de favores já prestados ou que ainda serão concedidos, caso o candidato seja eleito, acabam abrindo mão do objetivo mais importante do pleito, que seria a escolha da melhor proposta para a população, condizente com as necessidades da comunidade e com as melhorias almejadas pelos munícipes.

Um dos participantes ressalta que, no interior, ou seja, nas pequenas cidades, as pessoas votam pela pessoa do candidato, isso em função da maior proximidade entre todos. Assim, o candidato conhece praticamente toda a população, e estes conhecem o candidato, de modo que fica mais fácil alcançar a vitória nas urnas através da popularidade com o povo, mesmo que as propostas de governo sejam alheias aos interesses do povo, até mesmo porque a maioria das pessoas nem chega a tomar conhecimento do programa de governo dos candidatos.

Nesse sentido, é importante ressaltar, segundo Neves (2012), que os partidos ainda exercem importante influência sobre as preferências dos eleitores, especialmente para cargos do sistema majoritário, como prefeito nos grandes centros urbanos e presidente da república, bem como no sistema proporcional, cargos como deputados federais e estaduais. Contudo, o autor ressalta também a importância da rejeição aos partidos políticos, como importante indicador de interesse dos candidatos e das agremiações, fazendo com que utilizem com o melhor proveito possível o espaço nas redes de comunicação em épocas de campanha.

Sem dúvidas, a imagem do partido e do candidato são fundamentais na escolha dos eleitores. Na hora de decidir o voto, a imagem positiva ou negativa de um partido ou candidato pode influenciar profundamente no resultado das eleições, sendo que, uma estratégia comum entre os partidos é ressaltar aspectos negativos de gestões passadas de seus rivais, buscando reacender no imaginário popular as representações que possam aumentar a rejeição por esses partidos e respectivos candidatos. Os conceitos de imaginário e representação devem ser definidos aqui. Parta delimitar a forma como você os compreende e utiliza.

Diante do conjunto de análises realizadas, com base nas respostas dos participantes desse estudo, é possível perceber uma importante influência da falta de transformação e mudanças nos grupos que exercem o poder, que historicamente

têm se alternado no município tendo por base muito mais a figura política destas lideranças do que, propriamente suas filiações partidárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou investigar a ideologia dos partidos políticos PSD e PSDB em Ipaumirim, entre 1997 e 2008, enfatizando as práticas governamentais dos gestores e as divergências na gestão política dos governantes. A pesquisa bibliográfica e o estudo de campo realizados permitiram o alcance dos objetivos definidos.

No intuito de embasar teoricamente o estudo, foi apresentada uma breve trajetória dos partidos PSD e PSDB, profundando na questão da gestão política, conflitos ideológicos das práticas governamentais e fidelidade partidária.

Os resultados mostraram opiniões divergentes em diversos aspectos, mas convergindo na afirmativa de que as gestões políticas no município tiveram objetivos diferentes, na medida em que um dos gestores priorizou a infraestrutura, com realização de diversas obras, ao passo que o outro se dedicou mais à prestação de serviços públicos, tais como saúde e educação, segundo os depoimentos dos participantes.

Com relação à possibilidade de quebra da fidelidade partidária, por parte do ex-prefeito Luiz Alves de Freitas, foi possível perceber que esse fato não se materializou, uma vez que a mudança de partido ocorreu em virtude de situação prevista na legislação, a fusão entre dois partidos que deu justa causa para a desfiliação partidária.

Sobre as representações da comunidade acerca da gestão política, os resultados demonstraram que a ideologia partidária e as propostas de governo dos partidos, muitas vezes, ficam em segundo plano, uma vez que os eleitores se baseiam mais nas características pessoais do candidato do que na estrutura partidária da qual ele faz parte. Tanto é que, segundo as opiniões, a prática governamental do gestor Luiz Alves de Freitas não foi modificada em função de sua mudança de partido.

Por fim, as percepções negativas dos participantes acerca do futuro político no município evidenciaram que a comunidade não acredita na mudança enquanto perdurar a alternância no poder dos políticos que vêm dominando a cena política por meio de um sistema vigente no qual a popularidade dos candidatos se sobrepõe às ideologias partidárias e às prioridades da comunidade, fazendo com que, nas campanhas políticas, os eleitores sejam influenciados por critérios que ignoram as

práticas de governo dos gestores e as orientações programáticas dos partidos aos quais são filiados.

Conclui-se que a ideologia política partidária em Ipaumirim, no período considerado no presente estudo, esteve representada estritamente pelas práticas governamentais dos gestores que se alternaram no poder, os quais foram eleitos pelo povo com base na própria imagem pública e popularidade, e não por influência ideológica ou orientação programática dos partidos aos quais eram filiados.

Este fato coloca em evidência um paradoxo: enquanto o Estado exige que a política seja exercida com base no partidarismo, tomando como fundamento a ideologia que cada partido defende, nos jogos do poder, sobretudo nos embates e táticas das campanhas políticas, o que se evidencia é a imagem pessoal dos políticos como fundamento de escolha por parte dos eleitores.

Esperamos que esse estudo possibilite novas pesquisas sobre a temática abordada, no sentido de aprofundar o debate aqui empreendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, J. A. **Perda de mandato eletivo por infidelidade partidária**. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) – Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2009.

AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 11-32, mai./ago., 2013.

AUGUSTO, D. C.; GOMES, D. A percepção do eleitorado de Guarapuava-PR acerca dos grupos de poder: transformações e continuidades. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-133, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>
Acesso em: 20 abr. 2016

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de Setembro de 1995**. Lei dos Partidos Políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm
Acesso: 19 abr. 2016

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 22.610, de 25 de Outubro de 2007**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-22-610>>
Acesso: 21 abr. 2016

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos Políticos Registrados no TSE**. 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>
Acesso: 15 mar. 2016

CARVALHO, M. **O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no serviço público municipal**. Monografia (Especialização em Auditoria de Tributos Municipais) – Universidade Gama Filho, Belo Horizonte, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do Patrono Político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

GROHMANN, R. N. **A personalização da política e os personagens televisivos: um estudo do horário eleitoral gratuito na disputa pela prefeitura de Juiz de Fora em**

2008. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), Juiz de Fora, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=230570>
Acesso em: 20 mai. 2016

JESUS, D. F. PSDB – teoria e análise dos tucanos. **Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez., 2013.

LEAL, P. G. C. **A fidelização partidária como agente de moralização da política**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Público) – Faculdade Baiana de Direito, Escola de Magistrados da Bahia, Salvador, 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro, Forense, 1948.

LIMA, M. S. **Análise do sistema partidário brasileiro**: a evolução das bancadas parlamentares na década de 90. Monografia (Especialização em Gestão Legislativa) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2005.

LOPES, J. A. **Partidos políticos brasileiros**: o renomear PFL – Democratas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MELO, P. V. T. P. **A lei da disparidade ideológica curvilínea dos Partidos Políticos**: o PMDB de Belo Horizonte. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar., 2010.

OLIVEIRA, E. S. **O mandato eletivo e a infidelidade partidária**. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) – Universidade do Estado do Amazonas; Escola Judiciária Eleitoral do Amazonas, Manaus, 2008.

PEREIRA, D. V. L. **Sob o olhar do gestor público:** um estudo de caso sobre as dificuldades na estrutura administrativa do Município de Condado-PB. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

PIRES, A. M.; SCHERER, F. L.; SANTOS, M. B.; CARPES, A. M. Transparência da gestão pública municipal: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo / RS. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz, n. 38, p. 131-160, jul./dez., 2013.

PSD. **Partido Social Democrático.** [site], 2016. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/wp-content/uploads/TSE-Estatuto-do-PSD.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2016

PSDB. **Partido da Social Democracia Brasileira.** [site], 2016. <Disponível em: <http://www.psdb.org.br/psdb/estatuto/>> Acesso em: 18 mar. 2016

RODRIGUES, K. M. **Fidelidade partidária:** titularidade do mandato eletivo. Monografia (Especialização) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, A. L. G. **A fidelidade partidária no Brasil:** gênese, histórico e consolidação. Monografia (Especialização em Administração Judiciária) – Escola Superior da Magistratura – ESMEC, Universidade Vale do Acaraú, Fortaleza, 2009.

SANTOS, E. O. **Estratégias de marketing político e eleitoral:** o diferencial competitivo do profissional de marketing político numa campanha eleitoral. Monografia (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Paripiranga, 2011.

TEIXEIRA, S. C. A. **A responsabilidade política-administrativa dos prefeitos e o julgamento na câmara dos vereadores.** Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente (SP), 2011.

RAMOS, L. B. **Os crimes de responsabilidade e o controle na gestão dos prefeitos municipais do Rio Grande do Sul: 2008-2011.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REBELLO, M. M. Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do leitor. **CIVITAS**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 298-320, mi./ago., 2012.

REZENDE, R. P. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2009.

RIBEIRO, R. M.; SIMONI JUNIOR, S. O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. **Anais...** III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, agosto, 2013.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 62-92, 2002.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar., 2013.

TEIXEIRA, S. C. A. **A responsabilidade política-administrativa dos prefeitos e o julgamento na câmara dos vereadores.** Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas Antônio Enfrásio de Toledo, Presidente Prudente (SP), 2011.

VIDAL, T. S. S. M. **Social-democracia e o PSDB:** a relação entre o partido da social-democracia brasileira e a terceira via. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2013.

ANEXO

Questionário das Entrevistas



INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS PSDB E PSD: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA EM IPAUMIRIM, CEARÁ, NO PERÍODO DE 1997 A 2008

IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA: _____

QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA

1 O senhor é filiado a algum partido político?

2 Há quanto tempo?

3 Já foi filiado a outros partidos políticos? Quais?

4. Se filiado ao PSDB ou PSD, o que levou a se filiar a este partido e não a outro?

5 O senhor exerce ou já exerceu algum cargo de liderança dentro do partido ao qual é filiado?

6 De um modo geral, como o senhor avalia a gestão municipal do PSD, no governo Luiz Alves de Freitas?

7 Qual a principal marca da gestão do PSD nesse período?

8 Quais as prioridades no programa de governo do PSD, na gestão Luiz Alves de Freitas?

9 Como você avalia a gestão municipal do PSD?

10 Qual a principal marca da gestão do PSDB nesse período?

11 Quais as prioridades no programa de governo do PSDB, na gestão Dr. José Miraneudo Linhares Garcia?

12 Na sua opinião, quais as principais diferenças entre a gestão do PSDB na gestão Dr. José Miraneudo Linhares Garcia e PSD no governo Luiz Alves de Freitas em Ipaumirim?

13 Quais as suas expectativas para as futuras gestões municipais em Ipaumirim?

14 Para você, futuros prefeitos em Ipaumirim, após eleitos, devem:

() Continuar com todas as políticas da atual administração;

Por que?

() Mudar algumas e continuar com a maioria das políticas da atual administração;

Por que?

() Continuar algumas e mudar a maioria das políticas da atual administração;

Porque?

() Mudar todas as políticas da atual administração municipal.

Por que?

15. Na sua opinião o eleitor de hoje vota baseado em que critérios?

16. O senhor acha que as pessoas votam pelo partido ou pela pessoa dos candidatos? Por que?